



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP DA CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP consiste na primeira etapa da fase de planejamento de uma contratação, o qual tem por finalidade assegurar a viabilidade técnica e econômica e a razoabilidade da futura contratação, realizado por meio de um estudo detalhado da necessidade, fixando o interesse público envolvido e indicando no mercado a melhor solução para o atendimento das demandas.

Sua descrição é claramente expressada por meio do artigo 6º, inciso XX da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 – Lei de Licitações, assim como na Instrução Normativa nº 40 de 22 de maio de 2020, em seu artigo 1º, Parágrafo Único, que dispõe que o ETP é um:

“(...) documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.”

Deste modo este documento segue alguns requisitos básicos que necessitam constar em sua confecção, sendo eles distribuídos no artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 conforme descreve os incisos abaixo:

Art. 18, § 1º:

- I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III - requisitos da contratação;
- IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
- IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50
Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Nesse sentido, o Estudo Técnico Preliminar se torna crucial nos termos da Lei, proporcionando a base necessária para as contratações de serviços e materiais, assegurando que as escolhas sejam fundamentadas em dados precisos e em uma análise criteriosa das necessidades locais.

Sendo assim, um planejamento bem estruturado torna-se fundamental para garantir contratações governamentais mais eficientes e eficazes. Estudos realizados com antecedência asseguram uma contratação mais planejada e econômica, além de permitem o acesso a novas metodologias oferecidas pelo mercado, o que resulta em melhor qualidade nos gastos e em uma gestão mais eficaz dos recursos públicos. Além disso, as contratações governamentais, que envolvem um volume expressivo de recursos, têm um impacto considerável na atividade econômica e são essenciais para a implementação de políticas públicas, e este estudo garante a fase inicial do planejamento atendendo as reais necessidades e objetivos almejados.

1. DOS ELEMENTOS DO ETP

1.1 O presente Estudo Técnico Preliminar seguirá a distribuição conforme descreve os incisos de I à XIII, do § 1º, artigo 18, da Lei nº 14.133/2021, porem levando em consideração o apontamento do § 2º, artigo 18 desta mesma Lei, no qual conforme regulamenta abaixo, o estudo deverá conter alguns elementos mínimos:

Art.18, § 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

1.2 Seguindo o previsto na Lei de Licitações, o Município de São Miguel do Iguaçu, por meio do Decreto nº 115, de 16 de fevereiro de 2023, em seu artigo 22 regulamenta sobre as informações que se fazem necessárias constar no ETP, sendo elas:

Art. 22. O estudo técnico preliminar deverá refletir o resultado dos levantamentos, das pesquisas e das conclusões sobre o problema a ser resolvido e a melhor forma de solucioná-lo, e sua elaboração considerará:

I - a natureza do problema a ser resolvido, observando a finalidade e os resultados pretendidos com a contratação;

II - as soluções existentes para o problema, observando o modelo já utilizado pela Administração Municipal e por outras administrações, se for o caso, e os seus



impactos econômicos; e

III - a definição da melhor solução para o problema e sua viabilidade.

1.3 Deste modo, será prezada a distribuição das informações e justificativas, seguindo os elementos mínimos de confecção do ETP, ressaltando para quando relevante e pertinente realizar o preenchimento referente aos demais incisos do § 1º, artigo 18, da Lei nº 14.133/2021, fornecendo assim os dados com harmonia entre a Lei de Licitações e o Decreto Municipal.

2 INCISO I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

2.1 Com base no disposto neste inciso, o problema em questão a ser resolvido é a manutenção dos estoques de medicamentos psicotrópicos distribuídos e utilizados pela Secretaria de Saúde Municipal. Trata-se de medicamentos psicotrópicos que compõem a lista REMUME e são de distribuição gratuita por meio da Farmácia Básica Central aos pacientes que necessitam dar continuidade aos tratamentos, assim como medicamentos exclusivos de uso hospitalar no Hospital e Maternidade Municipal São Miguel Arcanjo – HMMSMA, os quais são primordiais para suprir as necessidades durante as demandas nos atendimentos, garantindo a saúde e segurança dos pacientes que buscam atendimento. A manutenção dos produtos em estoque visa a garantia do interesse público, a qualidade e segurança de todos os envolvidos, assegurando melhores tratamentos de saúde aos munícipes.

2.1.1 Da justificativa ao problema

2.1.1.1 Para que haja um bom funcionamento e desempenho na prestação dos serviços hospitalares prestados pelo HMMSMA e do continuo fornecimento de medicamentos psicotrópicos por meio da Farmácia Básica Central, faz-se necessário manter os itens de grande demanda em estoque, com intuito de assegurar um atendimento com qualidade, agilidade e eficácia à população.

2.1.1.2 Os medicamentos psicotrópicos listados como objetos dessa demanda, são compostos de 40 itens, destes 37 itens foram solicitados por meio da Farmácia Básica Central para atender a demanda de distribuição aos pacientes que necessitam de tais medicamentos controlados para dar continuidade aos tratamentos de saúde, e 3 itens destinados ao HMMSMA os quais são exclusivos de uso hospitalar empregado no atendimento dos pacientes conforme for a necessidade. Deste modo caracterizam-se como itens de grande relevância e imprescindíveis, visto sua alta utilização quanto a distribuição e emprego nos atendimentos realizados aos mais diversos pacientes.

2.1.1.3 Os medicamentos psicotrópicos objetos dessa demanda são de ampla gama quanto a prescrição na qual estão sujeitos, neste sentido, a tabela abaixo apresenta para cada um deles um breve descritivo quanto a sua utilização:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS E JUSTIFICATIVA		
ITEM	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
1	ALPRAZOLAM, CATMAT BR 271357 - CONCENTRAÇÃO: 0,5 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Medicamento ansiolítico indicado para o manejo de transtornos de ansiedade e crises de pânico, atuando no sistema nervoso central. Utilizado para promover efeito calmante, redução da ansiedade e melhora de sintomas associados, sob controle médico rigoroso.
2	ALPRAZOLAM, CATMAT BR 271358 - CONCENTRAÇÃO 0,25 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Medicamento ansiolítico utilizado no tratamento de transtornos de ansiedade, especialmente em casos que exigem ajuste gradual de dose. Atua no sistema nervoso central promovendo efeito calmante e controle dos sintomas ansiosos, sob prescrição médica.
3	ALTEPLASE, CATMAT BR 436418 - CONCENTRAÇÃO: 50 MG, FRASCO INJETÁVEL - PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL + DILUENTE	Agente trombolítico indicado para dissolução de coágulos em eventos tromboembólicos agudos, como infarto, AVC isquêmico e embolia pulmonar. Utilizado em ambiente hospitalar, visando restabelecer o fluxo sanguíneo e reduzir danos teciduais.
4	ATOMOXETINA, CATMAT BR 621014 - CONCENTRAÇÃO: 10 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Medicamento utilizado no tratamento do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, auxiliando no controle da atenção, impulsividade e hiperatividade. Atua no sistema nervoso central, sendo indicado para uso contínuo sob acompanhamento médico.
5	BIPERIDENO, CATMAT BR 396604 - CLORIDRATO DE BIPERIDENO, CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL. (MEDICAMENTO CONTROLADO DE USO HOSPITALAR, NECESSITA AE)	Medicamento anticolinérgico utilizado no tratamento de sintomas extrapiramidais e em casos de intoxicação por agentes antipsicóticos. Indicado para uso hospitalar, especialmente em situações agudas que requerem intervenção rápida.
6	BROMAZEPAM, CATMAT BR 271774 - CONCENTRAÇÃO: 6 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Medicamento ansiolítico indicado para o tratamento de transtornos de ansiedade e estados de tensão emocional. Atua no sistema nervoso central promovendo efeito calmante e relaxante, com uso sob prescrição e controle médico.
7	BUPROPIONA, CATMAT BR 268994 - CONCENTRAÇÃO: 150MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Medicamento antidepressivo utilizado no tratamento de transtornos depressivos e como auxílio na cessação do tabagismo. Atua na modulação de neurotransmissores, contribuindo para melhora do humor e redução da dependência à nicotina, sob prescrição médica.
8	CLONAZEPAM, CATMAT BR 270119 - CONCENTRAÇÃO: 2MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Medicamento utilizado no tratamento de transtornos de ansiedade, crises convulsivas e distúrbios neurológicos associados. Atua no sistema nervoso central promovendo efeito ansiolítico, anticonvulsivante e sedativo, sob rigoroso controle médico.
9	CODEINA, CATMAT BR 272782 , CONCENTRAÇÃO: 30MG; COMPRIMIDO, (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Medicamento opioide utilizado para alívio de dores moderadas a intensas e tosse persistente. Atua no sistema nervoso central para reduzir a percepção da

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50
Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



		dor e controlar reflexos de tosse, sob prescrição e controle rigoroso.
10	DESVENLAFAXINA, CATMAT BR 405898 - CLORIDRATO DE DESVENLAFAXINA, CONCENTRAÇÃO: 50MG; COMPRIMIDO (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antidepressivo indicado para o tratamento de transtornos depressivos maiores, auxiliando na melhora do humor e bem-estar. Atua na modulação de neurotransmissores no sistema nervoso central, com uso controlado sob acompanhamento médico.
11	DULOXETINA, CATMAT BR 302442 - CONCENTRAÇÃO: 30 MG; CAPSULA. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antidepressivo utilizado no tratamento de transtornos depressivos, ansiedade generalizada e dor neuropática. Atua no sistema nervoso central regulando neurotransmissores, promovendo melhora do humor e controle da dor, sob prescrição médica.
12	ESCITALOPRAM, CATMAT BR 291770 - CONCENTRAÇÃO: 10 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antidepressivo indicado para tratamento de transtornos depressivos e ansiedade generalizada. Atua no sistema nervoso central aumentando a disponibilidade de serotonina, promovendo melhora do humor e redução da ansiedade, sob prescrição médica.
13	ESCITALOPRAM, CATMAT BR 291771 - CONCENTRAÇÃO: 20 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antidepressivo utilizado no tratamento de depressão maior e transtornos de ansiedade, especialmente em casos que requerem dose ajustada. Atua no sistema nervoso central aumentando a serotonina, melhorando humor e reduzindo sintomas ansiosos, sob prescrição médica.
14	FLUNITRAZEPAM, CATMAT BR 272931 - CONCENTRAÇÃO: 1 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Medicamento hipnótico e ansiolítico utilizado no tratamento de insônia grave e distúrbios do sono. Atua no sistema nervoso central promovendo efeito sedativo e indução do sono, com uso restrito e sob rigoroso controle médico.
15	IMIPRAMINA, CATMAT BR 267292 - CONCENTRAÇÃO: 25MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antidepressivo tricíclico indicado no tratamento de depressão, ansiedade e enurese noturna em crianças. Atua no sistema nervoso central modulando neurotransmissores, promovendo melhora do humor e controle de sintomas, sob prescrição médica.
16	LEVOMEPROMAZINA, CATMAT BR 268130 - DOSAGEM: 40 MG/ML (4%), APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 20ML. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antipsicótico utilizado no manejo de agitação, náuseas e sintomas psicóticos graves. Atua no sistema nervoso central promovendo efeito sedativo e controle de distúrbios psiquiátricos, com uso hospitalar sob prescrição médica.
17	LEVOMEPROMAZINA, CATMAT BR 268129 - CONCENTRAÇÃO: 100 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antipsicótico indicado para tratamento de distúrbios psicóticos graves, agitação e sintomas de ansiedade intensa. Atua no sistema nervoso central promovendo efeito sedativo e estabilização do comportamento, sob prescrição médica e controle rigoroso.
18	LEVOMEPROMAZINA, CATMAT BR0268128 - CONCENTRAÇÃO: 25 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antipsicótico utilizado no manejo de agitação, ansiedade intensa e distúrbios psicóticos. Atua no sistema nervoso central promovendo efeito sedativo



		e estabilização comportamental, sob prescrição médica e controle rigoroso.
19	METILFENIDATO, CATMAT BR 272320 - CONCENTRAÇÃO: 10 MG; COMPRIMIDO (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Estimulante do sistema nervoso central utilizado no tratamento do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Auxilia na melhora da atenção, concentração e controle de impulsividade, sob prescrição médica e controle rigoroso.
20	MIRTAZAPINA, CATMAT BR 294536 - CONCENTRAÇÃO: 30MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antidepressivo indicado no tratamento de transtornos depressivos maiores e ansiedade associada. Atua no sistema nervoso central promovendo melhora do humor, sono e apetite, sob prescrição médica.
21	MORFINA, CATMAT BR 271391 - SULFATO DE MORFINA; CONCENTRAÇÃO: 30 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Opióide indicado para o alívio de dores moderadas a intensas, incluindo dor crônica e oncológica. Atua no sistema nervoso central reduzindo a percepção da dor, com uso controlado sob prescrição médica rigorosa.
22	OXCARBAZEPINA, CATMAT BR 273255 - CONCENTRAÇÃO: SUSP 60mg/ml; FRASCO COM 100 ML. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antiepiléptico indicado para controle de crises convulsivas e distúrbios neurológicos associados. Atua no sistema nervoso central estabilizando a atividade elétrica cerebral, com uso sob prescrição médica e acompanhamento contínuo.
23	OXCARBAZEPINA, CATMAT BR 273257 - CONCENTRAÇÃO: 300MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antiepiléptico utilizado no tratamento de crises convulsivas e distúrbios neurológicos relacionados. Atua no sistema nervoso central modulando a excitabilidade neuronal, com uso sob prescrição médica e controle rigoroso.
24	PAROXETINA, CATMAT BR 273940 - CONCENTRAÇÃO: 20 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antidepressivo utilizado no tratamento de depressão maior, transtornos de ansiedade e transtorno obsessivo-compulsivo. Atua no sistema nervoso central aumentando a serotonina, promovendo melhora do humor e redução da ansiedade, sob prescrição médica.
25	PERICIAZINA, CATMAT BR 300988 - APLICAÇÃO: PEDIÁTRICO; CONCENTRAÇÃO: 1% GTS; FRASCO COM 20ML. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antipsicótico de uso pediátrico indicado para manejo de agitação, distúrbios comportamentais e sintomas psicóticos. Atua no sistema nervoso central promovendo efeito sedativo e controle comportamental, sob prescrição médica e controle rigoroso.
26	PERICIAZINA, CATMAT BR 300989 - CONCENTRAÇÃO: 4%, EM GOTAS; SOLUÇÃO ORAL; FRASCO COM 20ML. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antipsicótico indicado para controle de agitação, ansiedade intensa e sintomas psicóticos. Atua no sistema nervoso central promovendo efeito sedativo e estabilização comportamental, com uso sob prescrição médica e controle rigoroso.
27	PREGABALINA, CATMAT BR 388712 - CONCENTRAÇÃO: 75MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Medicamento utilizado no tratamento de dor neuropática, epilepsia e transtornos de ansiedade generalizada. Atua no sistema nervoso central modulando a excitabilidade neuronal, com uso sob prescrição médica e controle rigoroso.



28	QUETIAPINA, CATMAT BR 272831 - CONCENTRAÇÃO: 25 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antipsicótico indicado para tratamento de esquizofrenia, transtornos bipolares e agitação psicomotora. Atua no sistema nervoso central modulando neurotransmissores, promovendo estabilização do humor e controle de sintomas psicóticos, sob prescrição médica.
29	QUETIAPINA, CATMAT BR 272832 - CONCENTRAÇÃO: 100 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antipsicótico utilizado no tratamento de esquizofrenia, transtornos bipolares e episódios de agitação. Atua no sistema nervoso central modulando neurotransmissores, promovendo estabilização do humor e controle de sintomas psicóticos, sob prescrição médica.
30	RISPERIDONA, CATMAT BR 272839 - CONCENTRAÇÃO: 1MG; COMPRIMIDO (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antipsicótico indicado para tratamento de esquizofrenia, transtornos bipolares e irritabilidade associada ao autismo. Atua no sistema nervoso central modulando neurotransmissores, promovendo controle de sintomas psicóticos e estabilização comportamental, sob prescrição médica.
31	RISPERIDONA, CATMAT BR 284106 - CONCENTRAÇÃO: 1MG/ML; SOLUÇÃO ORAL; FRASCO 30 ML. (MEDICAMENTO REMUME COM DECISÃO JUDICIAL) (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antipsicótico em solução oral indicado para tratamento de esquizofrenia, transtornos bipolares e irritabilidade associada ao autismo. Atua modulando neurotransmissores no sistema nervoso central, sob prescrição médica e controle rigoroso.
32	RISPERIDONA, CATMAT BR 268149 - CONCENTRAÇÃO: 2MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antipsicótico indicado para esquizofrenia, transtornos bipolares e irritabilidade em autismo. Atua no sistema nervoso central modulando neurotransmissores, promovendo controle de sintomas psicóticos, sob prescrição médica.
33	ROPIVACAÍNA CLORIDRATO, CATMAT BR 269468 - DOSAGEM: 1%; APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL. FRASCO AMPOLA 20 ML; EMBALAGEM ESTÉRIL.	Anestésico local indicado para bloqueios periféricos, raquianestesia e anestesia epidural. Atua bloqueando a condução nervosa, promovendo analgesia localizada em procedimentos cirúrgicos, sob uso hospitalar.
34	SERTRALINA, CATMAT BR 272365 - CONCENTRAÇÃO: 50 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO REMUME COM DECISÃO JUDICIAL)	Antidepressivo utilizado no tratamento de depressão, transtornos de ansiedade e transtorno obsessivo-compulsivo. Atua no sistema nervoso central aumentando a serotonina, promovendo melhora do humor e redução da ansiedade, sob prescrição médica.
35	TIORIDAZINA, CATMAT BR0272367 - CONCENTRAÇÃO: 100MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antipsicótico indicado para tratamento de esquizofrenia e distúrbios psicóticos graves. Atua no sistema nervoso central promovendo efeito sedativo e controle de sintomas psicóticos, sob prescrição médica e controle rigoroso.
36	TIORIDAZINA, CATMAT BR 273597 - CONCENTRAÇÃO: 25MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antipsicótico utilizado no tratamento de esquizofrenia e agitação psicótica. Atua no sistema nervoso central promovendo efeito sedativo e estabilização comportamental, sob prescrição médica e controle rigoroso.



37	TOPIRAMATO, CATMAT BR 272850 - CONCENTRAÇÃO: 50MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antiepiléptico indicado para prevenção de crises convulsivas e enxaqueca. Atua no sistema nervoso central modulando a excitabilidade neuronal, sob prescrição médica e controle rigoroso.
38	TRAMADOL, CATMAT BR 268534 - CONCENTRAÇÃO: 50 MG, CÁPSULA. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Analgésico opioide indicado para alívio de dores moderadas a intensas. Atua no sistema nervoso central reduzindo a percepção da dor, com uso controlado e prescrição médica.
39	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO, CATMAT BR 272382 - CONCENTRAÇÃO: 75 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Antidepressivo indicado para tratamento de depressão maior e transtornos de ansiedade. Atua no sistema nervoso central modulando serotonina e noradrenalina, promovendo melhora do humor e redução da ansiedade, sob prescrição médica.
40	ZOLPIDEM, CATMAT BR 278316 - CONCENTRAÇÃO: 10 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	Hipnótico utilizado no tratamento de insônia de curta duração. Atua no sistema nervoso central promovendo indução e manutenção do sono, sob prescrição médica e controle rigoroso.

2.1.1.4 Os itens acima possuem dosagens e peculiaridades apresentadas no quantitativo, conforme a necessidade devidamente justificada por meio das áreas demandantes, levando em consideração medicamentos destinados a distribuição gratuito e nos casos específicos durante os atendimentos.

2.1.1.5 Para garantia do interesse público e da saúde da população não basta apenas profissionais capacitados e qualificados para um correto diagnóstico, mas também é necessário que sejam empregados tratamentos concisos, os quais necessitam de medicamentos eficientes e eficazes, garantindo assim a todos o acesso humanizado aos tratamentos necessários para que a saúde seja restaurada e qualidade da vida reestabelecida.

2.1.1.6 Deste modo justifica-se para todos estes itens a importância da disponibilidade contínua e consequentemente a manutenção dos estoques para os tratamentos dos pacientes. A escassez de qualquer um desses itens impactaria negativamente e em grande escala, prejudicando diretamente os atendimentos e consequentemente tratamento, comprometendo a saúde dos pacientes, assim como o andamento dos serviços médicos na saúde pública Municipal.

3 INCISO II – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

3.1 Consta no Plano de Contratações Anual – PCA a previsão de aquisição dos medicamentos psicotrópicos objetos desta demanda. E em caso ocorra necessidade em decorrência de caso fortuito ou força maior, de novos medicamentos psicotrópicos de distribuição gratuita ou de uso hospitalar, ou alterações em quantitativo, estes serão incluídos no PCA vigente por meio de uma solicitação formal encaminhada para o setor competente para a sua adequação.



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

3.2 Os itens solicitados neste pedido constam distribuídos no PCA, este arquivo encontra-se disponível em <https://saomigueldoiguacu.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia-api/api/files/arquivo/313301>.

3.3 O grau de prioridade para esta compra é ALTO.

4 INCISO III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Diante aos requisitos necessários desta contratação, faz-se imprescindível que se cumpram os listados abaixo:

4.1.1 Da declaração de conhecimento

4.1.1.1 Faz-se necessário a exigência para que a empresa licitante preencha e apresente uma declaração na qual conste que ela tomou conhecimento de todas as informações contidas no edital, incluindo as condições de local para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, estando assim de acordo com todas as cláusulas e ciente que o descumprimento de qualquer um dos quesitos apresentas poderá culminar em penalidades.

4.1.1.2 Esta declaração mencionada poderá ser substituída por declaração formal, desde que devidamente assinada pelo responsável técnico do licitante alegando deste modo o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.1.2 Da Autorização de Funcionamento

4.1.2.1 Outro ponto de grande relevância e importância, por se tratar de itens de uso na saúde, com o propósito de assegurar a qualidade no fornecimento é necessário que a empresa apresente sua Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela Agencia Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

4.1.2.2 A Autorização de Funcionamento (AFE) destinada a farmácias e drogarias é uma permissão expedida pela Anvisa, para que a empresa possa comercializar medicamentos industrializados, incluindo os medicamentos sujeitos a controle especial, presentes na Portaria SVS/MS nº 344/1998 e suas atualizações.

4.1.2.3 Considerando tratar-se de itens destinados ao uso em serviços de saúde, com potencial contato direto com pacientes, constitui-se exigência de extrema relevância e obrigatoriedade a apresentação, pela empresa licitante, de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) vigente, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme dispõe a Lei nº 6.360/1976, o Decreto nº 79.094/1977 e a RDC ANVISA nº 16/2014.

4.1.2.4 Tal exigência visa assegurar a qualidade, rastreabilidade e segurança sanitária dos produtos fornecidos, prevenindo riscos à saúde pública e garantindo que os medicamentos e materiais adquiridos atendam integralmente às normas técnicas e regulatórias aplicáveis ao setor odontológico e hospitalar.

4.1.2.5 A AFE deve estar válida no momento da contratação e durante toda a



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

execução do contrato, abrangendo as atividades de comercialização, distribuição ou importação de produtos para uso em saúde, conforme o caso, sob pena de inabilitação da empresa ou rescisão contratual por descumprimento de requisito sanitário essencial

4.1.3 Da Licença de Funcionamento Sanitária

4.1.3.1 A empresa deverá também apresentar a Licença de Funcionamento Sanitária, sendo Estadual ou Municipal, com prazo de vigência em vigor. Esta licença é emitida pela Vigilância Sanitária – VISA competente ao local no qual a empresa esteja sediada, podendo assim ser de caráter municipal ou estadual.

4.1.4 Do Registro no Conselho Regional de Farmácia (ou órgão compatível)

4.1.4.1 É necessário a apresentação por parte da empresa do Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF, da jurisdição onde estiver estabelecida, vigente na data da abertura do certame e durante toda a execução contratual; ou registro ou inscrição em outro conselho profissional competente, que lhe assegure atribuição legal para o exercício da responsabilidade técnica relacionada ao objeto do certame, desde que atendidas as exigências legais aplicáveis, conforme legislação vigente. Bem como a indicação de responsável técnico devidamente habilitado

4.1.4.2 Tal documento comprova que a empresa possui responsável técnico legalmente habilitado, conforme determina a Lei Federal nº 13.021/2014 (que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas) e a Resolução CFF nº 700/2021, assegurando que a comercialização e o armazenamento dos produtos de saúde ocorram sob supervisão técnica qualificada.

4.1.5 Da Autorização Especial

4.1.5.1 A empresa deverá apresentar Autorização Especial (AE) nos termos do artigo 4º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, para as atividades descritas no art. 3º da citada Resolução ou qualquer outra, para qualquer fim, com substâncias sujeitas a controle especial ou com os medicamentos que as contenham, segundo o disposto na Portaria SVS/MS nº 344, de 1998 e na Portaria SVS/MS nº 6, de 29 de janeiro de 1999, emitida pela ANVISA.

4.1.5.2 Todos os itens desse processo são caracterizados como medicamentos de uso controlado, logo há a necessidade de Autorização Especial (AE).

4.1.6 Do produto

4.1.6.1 Conforme as disposições do artigo 19, da Lei nº 14.133/2021, objetivando deste modo atender ao disposto nesta legislação quanto à padronização das compras públicas, o Município de São Miguel do Iguaçu, utilizou-se para relacionar seu quantitativo de itens, os códigos da Planilha CATMAT – BR, disponível no catálogo de materiais do Portal de Compras do Governo Federal, o qual além dos códigos cumula com a descrição do item.

4.1.6.2 Deste modo, os itens a ser fornecidos deverão apresentar as características técnicas mínimas descritas no lote e conforme o edital de licitação, respeitando todas as descrições.



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

4.1.6.3 Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na **ANVISA**, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.1.7 Da validade

4.1.7.1 O prazo de validade mínimo do item no momento da entrega, deverá ser igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total, a contar da data da fabricação.

4.1.7.2 Essa regra é especialmente aplicada a produtos sujeitos à vigilância sanitária, com destaque para os seguintes tipos na área da saúde pública:

a. Medicamentos: Inclui antibióticos, analgésicos, vacinas, entre outros. A Resolução RDC nº 912/2024 da Anvisa trata diretamente da regularização e validade desses produtos.

b. Materiais médicos hospitalares: Como seringas, luvas, cateteres, e outros itens descartáveis que têm prazo de validade determinado.

c. Curativos e produtos para tratamento de feridas: Gases, bandagens, adesivos médicos etc.

d. Saneantes de uso hospitalar: Produtos utilizados para desinfecção e limpeza em ambientes de saúde.

e. Alimentos destinados a programas de saúde pública: Como fórmulas infantis, suplementos nutricionais e alimentos para dietas especiais, que também podem seguir essa regra conforme guias da Anvisa.

f. Produtos odontológicos: Materiais restauradores (como resinas compostas, cimentos, amálgamas); Produtos para moldagem (alginatos, silicones); Instrumentos descartáveis (agulhas, seringas, brocas de uso único); Medicamentos de uso odontológico (anestésicos locais, antissépticos bucais); Produtos para profilaxia (pastas abrasivas, flúor); Equipamentos com componentes perecíveis (kits de clareamento, selantes).

4.1.7.3 A exigência de validade mínima garante que os produtos entregues ao SUS ou adquiridos por órgãos públicos tenham tempo suficiente de uso antes do vencimento, evitando riscos clínicos aos usuários, risco à saúde pública e desperdício de recursos.

4.1.8 Da divisão da entrega

4.1.8.1 A depender de alguns fatores, como o tipo de produto, a disponibilidade financeira municipal e a disponibilidade de mercado, a compra poderá acontecer em até 4 parcelas, pois visa atender uma manutenção de estoque, conforme a necessidade apresentada, no decorrer dos 12 (doze) meses de vigência, mediante empenho prévio, desde que haja disponibilidade dos recursos financeiros necessários.

4.1.9 Do prazo de entrega

4.1.9.1 Após homologação, contratação e nota de empenho, o prazo de entrega dos itens será de até 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de fornecimento/empenho emitidos pela Secretaria de Saúde, conforme necessidade e disponibilidade financeira. Podendo ser prorrogado por até 10 (dez) dias corridos mediante



justificativa embasada e aceita pelo solicitante.

4.1.10 Do local de entrega

4.1.10.1 O local de entrega deverá ser indicado na ordem de fornecimento, conforme a destinação, em um dos seguintes endereços:

4.1.10.1.1 FARMÁCIA BÁSICA CENTRAL, anexo à Secretaria de Saúde na Rua Nereu Ramos, 253 – Centro, São Miguel do Iguaçu-PR, CEP 85.877-000. Telefone: (45) 3565-8100, RAMAL 4589. E-mail: farmacia@saomiguel.pr.gov.br. Em horário comercial, no período da manhã das 07:30hs as 11:30hs e a tarde das 13:00hs as 17:00hs.

4.1.10.1.2 HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SÃO MIGUEL ARCANJO, Rua Marechal Cândido Rondon, nº 379 – Centro - CEP 85877-000 São Miguel do Iguaçu – Paraná, Telefone: (45) 3565-8190. E-mail: hmsma@saomiguel.pr.gov.br. Em horário comercial, no período da manhã das 07:30hs as 11:30hs e a tarde das 13:00hs as 17:00hs.

4.1.10.1.3 Os locais são providos de almoxarifado próprio para o armazenamento dos produtos.

4.1.11 Do atraso na entrega

4.1.11.1 A CONTRATADA é obrigada a entregar à CONTRATANTE o produto conforme solicitação, no lugar indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser o prazo de entrega prorrogado mediante aprovação prévia, em no máximo 10 (dez) dias corridos, conforme acordo entre as partes.

4.1.12 Do recebimento provisório

4.1.12.1 O bem será recebido provisoriamente no prazo de 07 (sete) dias úteis, pelo responsável por efetuar o acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Edital, seus anexos e na proposta.

4.1.13 Da substituição e prazo

4.1.13.1 Qualquer produto que vier a ser entregue que apresente características, detalhes e desempenho inferior a apresentada e aceita na licitação, deverá ser imediatamente substituído pelo fornecedor sob pena de aplicação de penalidades.

4.1.13.2 Durante a fase de recebimento provisório os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações propostas no Edital, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1.14 Da recusa do recebimento

4.1.14.1 Serão recusados os produtos amassados, impróprios ou fora das especificações. Sendo obrigatório o recolhimento e descarte adequado dos produtos recusados, por parte da CONTRATADA, e esta arcará com todos os custos oriundos dessa obrigação.

4.1.15 Do recebimento definitivo

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50
Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

4.1.15.1 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e, conseqüente, aceitação mediante termo circunstanciado.

4.1.15.2 Na hipótese em que a verificação dos itens não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.1.15.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.1.16 Da garantia

4.1.16.1 A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

4.1.16.2 Logo, os produtos deverão ter a GARANTIA MÍNIMA DO FORNECEDOR, conforme dispõe a legislação, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao previsto em lei, desde que sem ocasionar custos adicionais à Administração.

5 INCISO IV – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHESS DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

5.1 A estimativa de quantidades para a contratação foi feita por parte dos responsáveis das unidades requisitantes da Farmácia Básica Central e do Hospital e Maternidade Municipal São Miguel Arcanjo – HMMSMA, através de levantamento e análise de dados coletados. Os dados foram obtidos por meio dos relatórios de consumo (Anexo I), os quais contemplam os quantitativos utilizados no cotidiano de trabalho conforme os atendimentos realizados que demandavam da utilização destes produtos, sendo assim realizado cálculos para justificar a estimativa de quantidades necessárias.

5.2 Devido a fundamental importância destes medicamentos na saúde pública municipal, foram definidas para cada um dos itens as quantidades estimadas conforme apresentadas no quadro abaixo:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

PLANILHA DE QUANTITATIVO - RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS F.B.C E HMMSMA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QTD FARMÁCIA BÁSICA CENTRAL	QTD HMMSMA	QUANTI TOTAL FINAL
1	ALPRAZOLAM, CATMAT BR 271357 - CONCENTRAÇÃO: 0,5 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	17000	0	17.000
2	ALPRAZOLAM, CATMAT BR 271358 - CONCENTRAÇÃO 0,25 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	8750	0	8.750
3	ALTEPLASE, CATMAT BR 436418 - CONCENTRAÇÃO: 50 MG, FRASCO INJETÁVEL - PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL + DILUENTE. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	FRASCO	0	4	4
4	ATOMOXETINA, CATMAT BR 621014 - CONCENTRAÇÃO: 10 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	6000	0	6.000
5	BIPERIDENO, CATMAT BR 396604 - CLORIDRATO DE BIPERIDENO, CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 1 ML (MEDICAMENTO CONTROLADO DE USO HOSPITALAR, NECESSITA AE)	AMPOLA	0	50	50
6	BROMAZEPAM, CATMAT BR 271774 - CONCENTRAÇÃO: 6 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	5000	0	5.000
7	BUPROPIONA, CATMAT BR 268994 - CONCENTRAÇÃO: 150MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	85000	0	85.000
8	CLONAZEPAM, CATMAT BR 270119 - CONCENTRAÇÃO: 2MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	71000	0	71.000
9	CODEINA, CATMAT BR 272782 - CONCENTRAÇÃO: 30MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	68500	0	68.500
10	DESVENLAFAXINA, CATMAT BR 405898 - SAL SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA, CONCENTRAÇÃO: 50MG; COMPRIMIDO (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	85000	0	85.000
11	DULOXETINA, CATMAT BR 302442 - CONCENTRAÇÃO: 30 MG; CAPSULA. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	CAPSULA	90000	0	90.000

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50
Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

12	ESCITALOPRAM, CATMAT BR 291770 - CONCENTRAÇÃO: 10 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	71500	0	71.500
13	ESCITALOPRAM, CATMAT BR 291771 - CONCENTRAÇÃO: 20 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	77000	0	77.000
14	FLUNITRAZEPAM, CATMAT BR 272931 - CONCENTRAÇÃO: 1 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	1200	0	1.200
15	IMIPRAMINA, CATMAT BR 267292 - CONCENTRAÇÃO: 25MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	23500	0	23.500
16	LEVOMEPROMAZINA, CATMAT BR 268130 - DOSAGEM: 40 MG/ML (4%), APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 20ML. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	FRASCO	300	0	300
17	LEVOMEPROMAZINA, CATMAT BR 268129 - CONCENTRAÇÃO: 100 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	8700	0	8.700
18	LEVOMEPROMAZINA, CATMAT BR0268128 - CONCENTRAÇÃO: 25 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	5000	0	5.000
19	METILFENIDATO, CATMAT BR 272320 - CONCENTRAÇÃO: 10 MG; COMPRIMIDO (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	61500	0	61.500
20	MIRTAZAPINA, CATMAT BR 294536 - CONCENTRAÇÃO: 30MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	20000	0	20.000
21	MORFINA, CATMAT BR 271391 - SULFATO DE MORFINA; CONCENTRAÇÃO: 30 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	3000	0	3.000
22	OXCARBAZEPINA, CATMAT BR 273255 - CONCENTRAÇÃO: SUSP 60mg/ml; FRASCO COM 100 ML. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	FRASCO	115	0	115
23	OXCARBAZEPINA, CATMAT BR 273257 - CONCENTRAÇÃO: 300MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	4500	0	4.500
24	PAROXETINA, CATMAT BR 273940 - CONCENTRAÇÃO: 20 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	45000	0	45.000
25	PERICIAZINA, CATMAT BR 300988 - APLICAÇÃO: PEDIATRICO; CONCENTRAÇÃO: 1% GTS; FRASCO COM 20ML. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	FRASCO	100	0	100
26	PERICIAZINA, CATMAT BR 300989 - CONCENTRAÇÃO: 4%, EM GOTAS; SOLUÇÃO ORAL; FRASCO COM 20ML. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	FRASCO	230	0	230

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50
Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

27	PREGABALINA, CATMAT BR 388712 - CONCENTRAÇÃO: 75MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	140000	0	140.000
28	QUETIAPINA, CATMAT BR 272831 - CONCENTRAÇÃO: 25 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	100000	0	100.000
29	QUETIAPINA, CATMAT BR 272832 - CONCENTRAÇÃO: 100 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	27000	0	27.000
30	RISPERIDONA, CATMAT BR 272839 - CONCENTRAÇÃO: 1MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	45000	0	45.000
31	RISPERIDONA, CATMAT BR 284106 - CONCENTRAÇÃO: 1MG/ML; SOLUÇÃO ORAL; FRASCO 30 ML. (MEDICAMENTO REMUME COM DECISÃO JUDICIAL) (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	FRASCO	1000	0	1.000
32	RISPERIDONA, CATMAT BR 268149 - CONCENTRAÇÃO: 2MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	75000	0	75.000
33	ROPIVACAÍNA CLORIDRATO, CATMAT BR 269468 - DOSAGEM: 1%; APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL. FRASCO AMPOLA 20 ML; EMBALAGEM ESTÉRIL. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	FRASCO AMPOLA.	0	50	50
34	SERTRALINA, CATMAT BR 272365 - CONCENTRAÇÃO: 50 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO REMUME COM DECISÃO JUDICIAL) (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	360000	0	360.000
35	TIORIDAZINA, CATMAT BR0272367 - CONCENTRAÇÃO: 100MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	1500	0	1.500
36	TIORIDAZINA, CATMAT BR 273597 - CONCENTRAÇÃO: 25MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	1000	0	1.000
37	TOPIRAMATO, CATMAT BR 272850 - CONCENTRAÇÃO: 50MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	25000	0	25.000
38	TRAMADOL, CATMAT BR 268534 - CONCENTRAÇÃO: 50 MG, CÁPSULA. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	CAPSULA	65000	0	65.000
39	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO, CATMAT BR 272382 - CONCENTRAÇÃO: 75 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	53000	0	53.000
40	ZOLPIDEM, CATMAT BR 278316 - CONCENTRAÇÃO: 10 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	COMP.	45000	0	45.000

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50
Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

5.3 Desta forma, o quadro apresenta o quantitativo estimado, com base nas análises de consumo.

5.4 Da área requisitante

5.4.1 Os responsáveis pela solicitação dos materiais, ora denominados como área requisitante, para fins de identificação estão abaixo relacionados:

5.4.1.1 Unidades Requisitantes:

a. Farmácia Básica Central – Responsável pela solicitação: Angélica Casagrande – Farmacêutica;

b. Hospital e Maternidade Municipal São Miguel Arcanjo – HMMSMA – Responsável pela solicitação: Ariane Rodrigues Dos Santos – Farmacêutica;

6 *INCISO V – LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR*

6.1 No que tange ao levantamento das soluções de mercado, levando em consideração a aquisição pública de bens de consumo, em regra é necessário seguir os preceitos legais para formalização de contratos e/ou atas junto aos fornecedores conforme trâmites previstos na Lei de Licitações nº 14.133/2021.

6.2 Isso pode acontecer por meio de processo licitatório, por dispensa de licitação ou por adesão a Ata de Registro de Preços de outros órgãos públicos com disponibilidade para tal.

6.3 Como maneira de ilustrar as formas de contratações utilizadas tanto pela administração municipal, quanto por outros órgãos governamentais, pesquisas foram efetuadas considerando solicitações que se assemelham no todo ou em parte com esta que se encontra em andamento, sendo descrito abaixo os detalhes.

6.4 Das contratações similares realizadas pelo próprio órgão

6.4.1 O município de São Miguel do Iguaçu, adquiriu itens semelhantes ao desta solicitação, por meio dos processos de Pregão Eletrônico nº 21/2024; 58/2024; 94/2024; 03/2025; 13/2025 e 31/2025.

6.5 Das contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades

6.5.1 Considerando as buscas realizadas relativas a processos de contratações governamentais anteriores no site do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), na modalidade pregão, entre os anos de 2024 a 2025.

6.5.2 Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Secretaria de Saúde.



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

6.5.3 Foi observado que para a aquisição destes tipos de produtos as entidades públicas realizam a contratação de forma similar à que se pretende adotar, por procedimento de compra pública dos itens necessários, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas. Abaixo seguem listados três referências de processos de aquisição de compras públicas que foram encontradas em pesquisas realizadas no Pannel Nacional de Compras Públicas, no qual para os casos analisados foram realizados processo licitatório por Sistema de Registro de Preços, sendo:

i) Pregão Eletrônico – Edital nº 61/2025 – Município de Itaipulândia – PR; Sistema de Registro de Preços, disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/95725057000164/2025/167> (acesso em 06 jan. 2026);

ii) Pregão Eletrônico – Edital nº 106/2025 – Município de Terra Rica – PR; Sistema de Registro de Preços, disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/76978881000181/2025/145> (acesso em 06 jan. 2025);

iii) Pregão Eletrônico – Edital nº PCE 35/2025 – Município de Pato Bragado – PR; Sistema de Registro de Preços, disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/95719472000105/2025/61> (acesso em 23 jan. 2025).

6.6 Dos estudos de mercado

6.6.1 Com base nos estudos de mercado, obteve-se para este processo algumas soluções e deste modo a análise destas soluções, conforme abaixo:

6.7 Das soluções

6.7.1 Com base nas análises feitas observando as sistemáticas adotadas pelo mercado, encontrou-se as seguintes soluções para o problema levantado:

- **Solução 1** – Adesão a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.
- **Solução 2** – Realização de Processo Administrativo, Pregão Eletrônico, com formalização de contratos.
- **Solução 3** – Realização de Processo Administrativo, Pregão Eletrônico, por Sistema de Registro de Preços.

6.8 Das análises das soluções

6.8.1 Quanto as possíveis soluções apresentadas, para cada uma delas, foram realizadas análises, resultando assim nas justificativas abaixo:

- **Solução 1** – Não se mostra viável por se tratar de vários itens com embalagens e volumes diversos, e a adesão provavelmente se faria em várias atas, havendo assim a dificuldade em encontrar todos os itens e muitos poderiam estar indisponíveis para adesão.
- **Solução 2** – Mostra-se inadequada, uma vez que medicamentos estão ligados diretamente com a necessidade e manutenção da saúde dos pacientes, estes itens podem sofrer variações devido a surtos de doenças, casos fortuitos ou de força maior, capazes de impactar na necessidade de demanda dos produtos.

- **Solução 3** – Mostra-se mais adequada, uma vez que o Sistema de Registro de



Preços permite a aquisição conforme a necessidade, porém, não gera o compromisso da aquisição decorrente da formalização de contratos. Outra vantagem é que se o primeiro fornecedor registrado desistir do atendimento pode-se convocar o próximo fornecedor da lista.

6.9 Das possíveis formas de aquisição

6.9.1 As formas de aquisição possível para os itens elencados são:

- **Forma 1** – Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

- **Forma 2** – Realizar licitação própria através de Pregão Eletrônico, por Sistema de Registro de Preços.

6.10 Da análise das formas de aquisição

6.10.1 Com base nas formas de aquisição apresentadas, justificam-se abaixo cada uma delas:

- **Forma 1** – Não foi pesquisada ata de registro de preços para a realização de adesão para compra de medicamentos, por ser uma ação muito imprecisa e as pesquisas demandariam grande tempo e poderiam resultar-se negativas. Outro fator determinante é que são itens diversos para serem atendidos o que tornaria mais moroso a concretização da solução pela dificuldade em encontrar atas que atendessem todos os itens com condição disponível para realizar a adesão.

- **Forma 2** – É usual para a maioria dos Municípios a realização de processo licitatório próprio de compra através de Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços, seguindo os ditames legais, pois a compra usualmente é realizada parcelada, conforme a demanda, no decorrer de 12 meses de vigência.

6.11 Da conclusão da análise de mercado

6.11.1 A Lei de Licitações nº 14.133/2021 estabelece em seu artigo 29, a seguinte disposição:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

6.11.2 Diante todo o exposto, com base na legislação e o estudo das informações coletadas, conclui-se indicar que, das soluções de mercado com base na análise das justificativas apresentadas, a “Solução 3” se torna a melhor alternativa. Já diante das formas de aquisição apresentadas e devidamente analisadas a “Forma 2” teve melhor desempenho. Deste modo, levando em consideração as justificativas expostas, compreende-se que a realização de processo licitatório próprio de compra através de Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços é a opção mais indicada.

6.11.3 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é uma ferramenta estratégica nas compras públicas, especialmente útil quando a administração quer garantir preços vantajosos

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



sem precisar contratar imediatamente.

6.11.3.1 Este sistema é definido por meio do artigo 6, inciso XLV, da Lei 14.133/2021, no qual dispõe:

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

6.11.3.2 Vantagens do uso do Sistema de Registro de Preços:

6.11.3.2.1 Flexibilidade na contratação: Permite que a administração adquira bens ou serviços conforme a necessidade, sem estar vinculada à compra imediata.

6.11.3.2.2 Economia de escala: A licitação por SRP pode atender múltiplos órgãos, o que aumenta o poder de negociação e reduz custos.

6.11.3.2.3 Agilidade nas aquisições: Uma vez registrada a ata, os pedidos podem ser feitos com rapidez, sem nova licitação.

6.11.3.2.4 Planejamento eficiente: Facilita o controle orçamentário e a previsibilidade de gastos ao longo do exercício.

6.11.3.2.5 Redução de desperdícios: Evita compras em excesso, pois os itens são adquiridos sob demanda.

6.11.4 A ata de registro de preços tem validade de até 12 meses, podendo ser prorrogada por mais 12 meses, desde que o preço registrado continue vantajoso para a administração. Segundo o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a vigência da ARP pode ser prorrogada por mais 12 meses, desde que:

6.11.4.1 Seja comprovado que os preços registrados continuam vantajosos para a administração pública.

6.11.4.2 Haja anuência do fornecedor, que deve manter as condições originais da proposta.

6.11.4.3 A prorrogação seja formalizada antes do término da vigência original da ata.

6.11.4.3.1 Durante essa prorrogação, é possível renovar os quantitativos registrados originalmente, ou seja, recuperar o saldo total da ata para mais um ciclo de fornecimento. Isso significa que, mesmo que o saldo tenha sido parcialmente ou totalmente utilizado no primeiro ano, a prorrogação pode restabelecer os volumes iniciais, desde que:

6.11.4.3.1.1 A demanda permaneça válida.

6.11.4.3.1.2 O fornecedor aceite manter os preços e condições.

6.11.4.3.1.3 A vantajosidade seja demonstrada por meio de pesquisa de mercado ou justificativa técnica.

6.11.4.4 Essa prática tem sido aceita por órgãos de controle e está respaldada por pareceres jurídicos e doutrina especializada. Diversos órgãos públicos já adotam essa prática com respaldo jurídico, especialmente quando há planejamento prévio e justificativa técnica.



6.11.4.5 A recomendação é que a renovação do saldo seja formalizada por meio de termo aditivo, com base em parecer jurídico e pesquisa de mercado atualizada.

6.11.4.6 Essa prática respeita os Princípios da Administração Pública, sendo eles:

6.11.4.6.1 Princípio da Eficiência – visto que permite atender à demanda sem nova licitação.

6.11.4.6.2 Princípio da Economicidade - evita custos adicionais com novos processos.

6.11.4.6.3 Princípio do Planejamento - Garante continuidade do fornecimento com base em estimativas reais.

6.11.5 Sendo assim, justifica-se o uso do Sistema de Registro de Preços, por se tratar de produtos de uso em saúde cujo consumo muitas vezes é sazonal, ou seja, o consumo de determinados produtos apresenta flutuações ao longo do ano, seja pela alteração da prescrição médica, ou de acordo com períodos específicos com ocorrências de surtos de doenças e epidemias. Dessa forma, este sistema é flexível e pode ser utilizado quando não é possível definir previamente o quantitativo exato dos medicamentos necessários, permitindo ajustes conforme a demanda, indicando-se como a preferência de ser utilizado neste processo.

7 INCISO VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

7.1 O Valor total estimado para esta compra é de **R\$ 543.413,77** (quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e treze reais e setenta e sete centavos).

7.2 Com o objetivo de atender da melhor maneira possível o artigo 19, da Lei nº 14.133/2021, quanto à padronização das compras públicas no Município de São Miguel do Iguaçu, utilizou-se código da Planilha CATMAT BR, no catálogo de materiais do Portal de Compras do Governo Federal.

7.3 O artigo 26, do Decreto Municipal nº 115/2023, o qual foi alterado pelo Decreto nº 335/2023, trata das referências e parâmetros a serem utilizados nas pesquisas de preços, sendo:

Art. 26. As pesquisas de preços dos processos licitatórios serão realizadas mediante aplicação das seguintes referências e parâmetros, combinados ou não:

I - Quando existente, o **preço praticado em contratações da própria** Administração Municipal, considerados eventuais reajustes, repactuações e reequilíbrios concedidos, em execução ou concluídas no período máximo de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor atualizado pelo INPC ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da homologação do certame, ou desde o último reajuste, repactuação ou reequilíbrio, até a data da pesquisa de preços;



II - obrigatoriamente, quando existente, o preço constante do **Banco de Preços em Saúde** (BPS), como referência de preços de medicamentos e produtos para saúde, observadas as quantidades adquiridas e a correção do valor atualizado pelo INPC ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da compra até a data da pesquisa de preços;

III - a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, disponível no **Portal Nacional de Contratações Públicas** (PNCP), no período máximo de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor atualizado pelo INPC ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da homologação do certame até a data da pesquisa de preços;

IV - os preços praticados em contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, incluso o sistema de registro de preços, e observada a correção atualizado pelo INPC ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da homologação do certame até a data da pesquisa de preços;

V - os dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo de qualquer ente federativo e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso, e que não tenham sido obtidos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

VI - os preços obtidos em pesquisa direta com fornecedores, mediante pedido formal de cotação ou por meio telefônico, com prazo máximo de 06 (seis) meses entre a cotação e a data de divulgação do edital; ou

VII - preços obtidos em pesquisa na base nacional ou regional de notas fiscais eletrônicas, no período máximo de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor pelo INPC ou outro índice que venha a substituí-lo, desde data da emissão da nota até a data da pesquisa de preços.

7.4 Com base nas disposições do Decreto Municipal, a pesquisa para estimativa de preços e consequentemente o valor total mencionado, considerou então as fontes a seguir mencionadas, e para cada uma delas, sempre que necessário realizada a atualização dos valores através do Índice de Preços ao Consumidor – INPC:

1º – Contratação própria – Os itens descritos nesse processo tiveram compra anterior realizada pelo Município de São Miguel do Iguaçu, através do Pregão Eletrônico nº 21/2024; 58/2024; 94/2024; 03/2025; 13/2025 e 31/2025 – Município de São Miguel do Iguaçu. CNPJ: 76.206.499/0001-50.

2º – Painel de Preços em Saúde – Os dados coletados constam na Certidão de Pesquisa que se encontra em anexo. Acesso ao PPS disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_BPS/SEIDIGI_DEMAS_BPS.html. Dados gerais: PAINEL DE PREÇOS EM SAÚDE – PPS / MINISTÉRIO DA SAÚDE. CNPJ 00.394.544/0008-51.

3º – Portal Nacional de Compras Públicas – Os dados extraídos constam na Certidão de Pesquisa em anexo. Acesso ao PNCP disponível em: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1. Dados gerais: PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS / MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM



SERVIÇOS PÚBLICOS. CNPJ 00.489.828/0001-55.

4º – Nota Paraná – Os dados extraídos constam na Certidão de Pesquisa em anexo. Acesso ao site Nota Paraná disponível em: <https://compras.menorpreco.pr.gov.br/novodocumento/consulta>. Dados Gerais: Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR. CNPJ: 76.545.011/0001-19.

5º – Site virtual – Em anexo consta a Certidão de Pesquisa de fornecedor da internet, na qual se utilizou de sites de pesquisa para tomada de preço dos itens, sendo:

➤ Fornecedor 1: acesso disponível em: <https://www.precopopular.com.br/> - Razão Social empresa: CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS; CNPJ: 84.683.481/0012-20.

➤ Fornecedor 2: acesso disponível em: <https://www.medi.com.br/> - Razão Social empresa: MEDICOM MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA; CNPJ: 05.960.621/0001-30.

➤ Fornecedor 3: acesso disponível em: <https://www.qualidoc.com.br/> - Razão Social empresa: QUALIDOC MEDICAMENTOS LTDA; CNPJ: 21.659.253/0002-22.

➤ Fornecedor 4: acesso disponível em: <https://www.araujo.com.br/> - Razão Social empresa: DROGARIA ARAUJO S A; CNPJ: 17.256.512/0001-16.

6º – Do memorial de cálculo e definição dos valores

7.4.1 A imagem do quadro referencial abaixo apresenta os preços utilizados para a formação do valor máximo unitário final e valor máximo total para a realização do processo. Na sequência consta toda explicação da memória de cálculo para a formação do valor.

7.4.2 Ao analisar os preços obtidos para cada item, optou-se por excluir do cálculo da média os preços que se mostraram significativamente inferiores ou superiores aos demais, mantendo-se no mínimo três orçamentos por item. Esses preços “desconsiderados” estão destacados em amarelo conforme consta na descrição abaixo. Essa medida foi adotada como precaução para garantir que o valor final não se afaste do valor de mercado, o que poderia tornar o item menos atrativo e comprometer a disputa aumentando os riscos de o item resultar deserto ou fracassado, o que causaria prejuízos ao funcionamento da Gestão Pública Municipal, tanto para o atendimento da demanda, quanto no retrabalho devido a necessidade de novo processo licitatório.

7.4.3 Foi adotada a média aritmética para obter o valor unitário final. A média é uma ferramenta útil para estimar o valor unitário de medicamentos em processos licitatórios por várias razões, como:

➤ **Simplicidade e Facilidade de Cálculo:** A média simples consiste na soma dos valores dos medicamentos, este valor obtido é dividido pelo número de itens. Isso torna o processo transparente e acessível para todos os envolvidos.

➤ **Representatividade:** A média simples fornece uma estimativa que representa o valor central dos dados coletados. Isso é especialmente útil quando os preços dos medicamentos variam, pois, a média pode suavizar essas variações e fornecer um valor mais



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

estável.

➤ **Redução de Viés:** Ao utilizar a média simples, reduz-se o risco de viés que pode ocorrer ao selecionar apenas alguns valores específicos. Todos os valores têm o mesmo peso, garantindo uma estimativa mais justa.

➤ **Base para Comparação:** A média simples pode servir como uma base de comparação para avaliar propostas recebidas durante o pregão eletrônico. Isso ajuda a identificar ofertas que estão significativamente acima ou abaixo do valor estimado, facilitando a tomada de decisões.

➤ **Conformidade com Normas e Regulamentos:** a utilização da média simples está alinhada com as normas e regulamentos estabelecidos para processos licitatórios, garantindo conformidade e transparência.

Sendo assim, segue o quadro referencial composto pela Planilha Comparativa de Preços:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

PLANILHA COMPARATIVA DE VALORES - RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS F.B.C E HMMSMA											
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTI TOTAL FINAL	COMPRA ANTERIOR SMI (R\$)	PPS (R\$)	PNCP (R\$)	NOTA PR (R\$)	1. Nº FOR. INT.	FORNEC. INTERNET (R\$)	MEDIANA DO VALOR UNITARIO R\$	MÉDIA DO VALOR MÁXIMO UNITARIO R\$	MÉDIA DO VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
1	ALPRAZOLAM, CATMAT BR 271357 - CONCENTRAÇÃO: 0,5 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	17000	0,0700	0,0600	0,0600	0,1077	1	0,4787	0,0700	0,1553	2640,1000
2	ALPRAZOLAM, CATMAT BR 271358 - CONCENTRAÇÃO 0,25 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	8750	0,1300	0,2400	0,1400	0,1437	1	0,4683	0,1437	0,2244	1963,5000
3	ALTEPLASE, CATMAT BR 436418 - CONCENTRAÇÃO: 50 MG, FRASCO INJETÁVEL - PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL + DILUENTE. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	4	2774,0200	2788,1700	2599,2100		2	3128,4500	2781,0950	2822,4625	11289,8500
4	ATOMOXETINA, CATMAT BR 621014 - CONCENTRAÇÃO: 10 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	6000	0,7400	0,8000	0,8800	0,7257	1	1,0917	0,8000	0,8475	5085,0000
5	BIPERIDENO, CATMAT BR 396604 - CLORIDRATO DE BIPERIDENO, CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 1 ML (MEDICAMENTO CONTROLADO DE USO HOSPITALAR, NECESSITA AE)	50	2,5800	2,5400	2,2800		2	4,0520	2,5600	2,8630	143,1500
6	BROMAZEPAM, CATMAT BR 271774 - CONCENTRAÇÃO: 6 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	5000	0,1000	0,1100	0,1100	0,2593	2	0,5639	0,1100	0,1448	724,0000
7	BUPROPIONA, CATMAT BR 268994 - CONCENTRAÇÃO: 150MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	85.000	0,3400	0,3200	0,3000	0,4438	1	1,3876	0,3300	0,3510	29835,0000

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000
 Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50
 Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

8	CLONAZEPAM, CATMAT BR 270119 - CONCENTRAÇÃO: 2MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	71.000	0,0400	0,0400	0,0400	0,0852	1	0,5718	0,0400	0,0513	3642,3000
9	CODEINA, CATMAT BR 272782 - CONCENTRAÇÃO: 30MG; COMPRIMIDO, (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	68500	0,5300	0,5000	0,4600	0,6843	1	2,0967	0,5150	0,5436	37236,6000
10	DESVENLAFAXINA, CATMAT BR 405898 - SAL SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA, CONCENTRAÇÃO: 50MG; COMPRIMIDO (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	85000	0,6600	0,6100	0,5600	0,9810	1	2,1275	0,6350	0,7028	59738,0000
11	DULOXETINA, CATMAT BR 302442 - CONCENTRAÇÃO: 30 MG; CAPSULA. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	90000	0,8700	0,7500	0,8800	1,0508	1	1,6567	0,8750	0,8877	79893,0000
12	ESCITALOPRAM, CATMAT BR 291770 - CONCENTRAÇÃO: 10 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	71500	0,1000	0,0900	0,1000	0,6688	1	1,6268	0,1000	0,2397	17138,5500
13	ESCITALOPRAM, CATMAT BR 291771 - CONCENTRAÇÃO: 20 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	77000	0,1700	0,1900	0,1800	0,3423	3	0,2497	0,1900	0,2264	17432,8000
14	FLUNITRAZEPAM, CATMAT BR 272931 - CONCENTRAÇÃO: 1 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	1200	1,0500	0,7400	0,9500	0,6320	1	0,9660	0,9580	0,9265	1111,8000
15	IMIPRAMINA, CATMAT BR 267292 - CONCENTRAÇÃO: 25MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	23500	0,4200	0,4300	0,4100	0,4385	1	0,7065	0,4300	0,4810	11303,5000
16	LEVOMEPRAMAZINA, CATMAT BR 268130 - DOSAGEM: 40 MG/ML (4%), APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 20ML. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	300	11,9000	10,4200	10,8900	13,4700	1	20,8700	11,9000	13,5100	4053,0000
17	LEVOMEPRAMAZINA, CATMAT BR 268129 - CONCENTRAÇÃO: 100 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	8700	0,5200	0,5700	0,5000	1,0945	1	1,6530	0,5450	0,6711	5838,5700
18	LEVOMEPRAMAZINA, CATMAT BR0268128 - CONCENTRAÇÃO: 25 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	5000	0,4300	0,4500	0,3300	0,5050	1	0,7810	0,4500	0,4992	2496,0000

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50
Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

19	METILFENIDATO, CATMAT BR 272320 - CONCENTRAÇÃO: 10 MG; COMPRIMIDO (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	61500	0,3600	0,3000	0,3300	0,5192	1	1,1282	0,3450	0,3773	23203,9500
20	MIRTAZAPINA, CATMAT BR 294536 - CONCENTRAÇÃO: 30MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	20000	0,5900	0,5700	0,8000	0,9593	3	1,3475	0,6950	0,7298	14596,0000
21	MORFINA, CATMAT BR 271391 - SULFATO DE MORFINA; CONCENTRAÇÃO: 30 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	3000	1,4300	1,4700	2,3400	1,9540	3	2,7699	1,7120	1,7985	5395,5000
22	OXCARBAZEPINA, CATMAT BR 273255 - CONCENTRAÇÃO: SUSP 60mg/ml; FRASCO COM 100 ML. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	115	32,6400	34,4100	30,6400	37,0900	3	54,1491	33,5250	33,6950	3874,9250
23	OXCARBAZEPINA, CATMAT BR 273257 - CONCENTRAÇÃO: 300MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	4500	0,7400	0,7900	0,7300	0,9100	3	1,2315	0,7650	0,7925	3566,2500
24	PAROXETINA, CATMAT BR 273940 - CONCENTRAÇÃO: 20 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	45000	0,1700	0,1800	0,1600	0,2743	3	0,8817	0,1750	0,1961	8824,5000
25	PERICIAZINA, CATMAT BR 300988 - APLICAÇÃO: PEDIATRICO; CONCENTRAÇÃO: 1% GTS; FRASCO COM 20ML. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	100	11,5100	10,5200	10,6200	9,5900	1	14,9700	11,0650	11,9050	1190,5000
26	PERICIAZINA, CATMAT BR 300989 - CONCENTRAÇÃO: 4%, EM GOTAS; SOLUÇÃO ORAL; FRASCO COM 20ML. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	230	21,9500	20,3200	21,7900	19,0400	1	29,0500	21,7900	22,4300	5158,9000
27	PREGABALINA, CATMAT BR 388712 - CONCENTRAÇÃO: 75MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	140000	0,1800	0,1900	0,1900	0,2247	3	0,7510	0,1900	0,1962	27468,0000
28	QUETIAPINA, CATMAT BR 272831 - CONCENTRAÇÃO: 25 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	100000	0,0900	0,0800	0,0900	0,2753	3	0,7053	0,0900	0,1338	13380,0000

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50
Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

29	QUETIAPINA, CATMAT BR 272832 - CONCENTRAÇÃO: 100 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	27000	0,2400	0,4500	0,4000	0,7060	2	1,4478	0,4250	0,4490	12123,0000
30	RISPERIDONA, CATMAT BR 272839 - CONCENTRAÇÃO: 1MG; COMPRIMIDO (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	45000	0,0800	0,0800	0,0800	0,1480	3	0,2903	0,0800	0,0970	4365,0000
31	RISPERIDONA, CATMAT BR 284106 - CONCENTRAÇÃO: 1MG/ML; SOLUÇÃO ORAL; FRASCO 30 ML. (MEDICAMENTO REMUME COM DECISÃO JUDICIAL) (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	1000	5,9200	8,5500	9,2500	22,6300	3	40,4997	8,9000	11,5875	11587,5000
32	RISPERIDONA, CATMAT BR 268149 - CONCENTRAÇÃO: 2MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	75000	0,0900	0,1000	0,0900	0,2493	2	0,4014	0,0950	0,1323	9922,5000
33	ROPIVACAÍNA CLORIDRATO, CATMAT BR 269468 - DOSAGEM: 1%; APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL. FRASCO AMPOLA 20 ML; EMBALAGEM ESTÉRIL. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	50	11,3200	14,0000	13,4200	13,2700	2	29,2528	13,3450	13,0025	650,1250
34	SERTRALINA, CATMAT BR 272365 - CONCENTRAÇÃO: 50 MG, COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO REMUME COM DECISÃO JUDICIAL) (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	360000	0,1000	0,1000	0,0900	0,1563	3	0,3490	0,1000	0,1591	57276,0000
35	TIORIDAZINA, CATMAT BR0272367 - CONCENTRAÇÃO: 100MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	1500	2,0000	1,2300	1,3800	1,4510	1	2,3490	1,7255	1,7950	2692,5000
36	TIORIDAZINA, CATMAT BR 273597 - CONCENTRAÇÃO: 25MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	1000	0,6000	1,1300			4	1,3495	1,1300	1,0265	1026,5000
37	TOPIRAMATO, CATMAT BR 272850 - CONCENTRAÇÃO: 50MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	25000	0,1700	0,1700	0,1700	0,3475	3	1,0627	0,1700	0,2144	5360,0000
38	TRAMADOL, CATMAT BR 268534 - CONCENTRAÇÃO: 50 MG, CÁPSULA. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	65.000	0,1200	0,1200	0,1300	0,3890	3	1,1750	0,1250	0,1898	12337,0000

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50
Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

39	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO, CATMAT BR 272382 - CONCENTRAÇÃO: 75 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	53.000	0,3400	0,3600	0,3000	0,5593	3	1,0777	0,3500	0,3898	20659,4000
40	ZOLPIDEM, CATMAT BR 278316 - CONCENTRAÇÃO: 10 MG; COMPRIMIDO. (MEDICAMENTO CONTROLADO NECESSITA AE)	45.000	0,0900	0,1000	0,1000	0,3490	2	0,4270	0,1000	0,1598	7191,0000
									VALOR MÁXIMO TOTAL R\$		543.413,77

Obs 1: Os itens grifados e sublinhados, em quadros amarelos, não foram considerados no cálculo da média do valor final, visto possuírem valores muito baixos ou muito altos com base nos demais preços praticados, o que contribuiria para resultados desertos e/ou fracassados.

Obs 2: Os quadros em verde representam os itens que não obtiveram informações (cotações) após pesquisas realizadas com o determinado fornecedor.

Obs 3: Mesmo com as considerações acima, há no mínimo três valores para cada item.

FORNECEDORES

COMPRA ANTERIOR - MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU. CNPJ: 76.206.499/0001-50.

PPS - PAINEL DE PREÇOS EM SAÚDE - MINISTÉRIO DA SAÚDE. CNPJ: 00.394.544/0008-51.

PNCP - MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. CNPJ: 00.489.828/0001-55.

NOTA PARANÁ - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR. CNPJ: 76.545.011/0001-19.

FORNECEDOR INTERNET

1. CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS. CNPJ: 84.683.481/0012-20

2. MEDICOM MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA. CNPJ: 05.960.621/0001-30

3. QUALIDOC MEDICAMENTOS LTDA. CNPJ: 21.659.253/0002-22

4. DROGARIA ARAUJO S A. CNPJ: 17.256.512.0001-16

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50
Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

7.5 Descritivo de cotações com base nos fornecedores

- **Resultados compra anterior – coluna 4 da tabela:** houveram dados para todos os itens.
- **Resultados do PPS – coluna 5 da tabela:** houveram dados para todos os itens.
- **Resultados do PNCP – coluna 6 da tabela:** todos os itens apresentaram resultado, com exceção ao item 36, motivo qual está sem valor e o quadrinho destacado na cor verde.
- **Resultados Nota Paraná – coluna 7 da tabela:** todos os itens apresentaram resultado, com exceção ao item 3; 5 e 36, motivo qual estão sem valor e os quadrinhos destacados na cor verde.
- **Resultados Fornecedores Internet – coluna 9 da tabela:** houveram dados para todos os itens.

Cabe ressalva para que a todos os valores descritos, sempre que necessário foi realizada a devida atualização monetária com base no INPC, conforme constam nas certidões.

7.7 Descritivo do Memorial de Cálculo

7.7.1 O cálculo de valor unitário (vu) consiste na utilização da média dos valores válido obtidos, sendo os resultados dos preços unitários descritos na 11ª coluna nomeada como “*MÉDIA DO VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$*”, do quadro acima, da Planilha Comparativa de Preços.

7.7.1.1 Onde lê-se valores válidos, entenda-se: são aqueles valores representados nos quadrinhos brancos da tabela, destacados nas colunas de 4, 5, 6, 7 e 9, correspondente aos resultados das cotações com os fornecedores, sendo excluídos deste modo os itens dos quadrinhos na cor verde, cujo não apresentam valor, visto a pesquisa não apresentar resultados para os produtos indicados, e dos valores dispostos em quadrinhos amarelos, os quais se mostraram significativamente inferiores ou superiores aos demais, e que provavelmente causariam impactos negativos se aplicados ao cálculo da média. Cabe salientar que foram obtidos no mínimo três valores válidos para cada item, cumprindo o que prescreve o Decreto 335/2023.

7.7.2 Os documentos comprobatórios das pesquisas de valores encontram-se nas certidões de pesquisa de preços e orçamentos, em anexo em arquivos apartados a este documento.

7.7.3 Do Memorial de cálculo para coluna 11 – **MÉDIA TOTAL DO VALOR MÁXIMO UNITÁRIO**

O memorial de cálculo apresentado na coluna 11, consiste na soma dos valores válidos disponíveis entre as colunas **4, 5, 6, 7 e 9**, sendo essa soma dividida pelo número de valores válidos, resultando assim na média total máxima unitária estimada para cada um dos itens, respeitando sempre a somatória realizada com base na linha correspondente ao item



que se está sendo calculado.

➤ **Exemplo – Item 2**

➤ Na coluna 11 a formula aplicada seria: **MÉDIA (4ª+5ª +6ª+7ª +9ª)**

➤ Isso visto que todas as colunas apresentaram resultados válidos.

➤ Logo o cálculo neste item consiste na soma dos valores válidos, sendo eles: 4ª (= R\$ 0,1300) +5ª (=R\$ 0,2400) +6ª (=R\$ 0,1400) +7ª (=R\$ 0,1437) + 9ª (=R\$ 0,4683) resultado a soma em R\$ 1,1220 o qual é dividido por 5, visto ser o número de resultados válidos, obtendo assim o **R\$ 0,2244** como média do valor máximo unitário para o item 2.

7.7.3.1 Aos demais itens segue a mesma regra, respeitando sempre os valores válidos e a linha do item, para cálculos da média unitária na coluna 11.

7.7.4 Do memorial de cálculo para coluna 12 - MÉDIA DO VALOR MÁXIMO TOTAL

O cálculo da média do valor máximo total consiste no valor da média unitária, obtida na coluna 11, conforme memorial explicado no item 7.7.3, multiplicada pelo quantitativo total de produtos, descritos na coluna 3.

➤ **Exemplo – Item 2**

➤ Na coluna 12 a formula aplicada seria: **(11ª x 3ª)**, seguindo a linha correspondente ao item 2.

➤ Com base nos dados os valores estimados disposto na 11ª coluna (R\$ 0,2244) multiplicado pela quantidade total disposta na 3ª coluna (8.750 unidades).

➤ Logo seria: R\$ 0,2244 x 8.750 unidades, totalizando o resultado de **R\$ 1.963,5000**.

➤ O que corresponde ao preço total máximo estimado para o total dos itens.

7.7.4.1 Aos demais itens segue a mesma regra.

7.7.5 Do memorial de cálculo para VALOR TOTAL

O valor total do objeto compreende a soma de todos os valores totais máximos estimados com base nas cotações.

➤ Compreende a soma de todos os valores obtidos na coluna 12ª.

➤ Resultando neste caso no total médio máximo estimado de **R\$ 543.413,77** (quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e treze reais e setenta e sete centavos).

8 INCISO VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

8.1 Os objetos em questão desta demanda, são materiais de uso e consumo, considerados bens comuns, conforme a Lei nº 14.133/2021, a qual estabelece normas gerais para licitações e contratos no âmbito das administrações públicas, a classificação de bens



comuns é essencial para a realização de licitações na modalidade de pregão.

8.2 Os bens comuns são aqueles cujas especificações são amplamente conhecidas no mercado e que não apresentam variações significativas entre os fornecedores. Esses bens podem ser adquiridos por meio de pregão, uma modalidade de licitação que visa a simplificação e a celeridade do processo licitatório.

8.3 Esta classificação de um bem como comum torna-se importante pois permite a utilização do pregão, um procedimento mais ágil e menos burocrático. Sendo especialmente relevante para a aquisição de medicamentos, materiais e equipamentos de uso em saúde pública, onde a rapidez e a eficiência são cruciais.

8.4 Os itens de uso em saúde na sua maioria são considerados bens comuns por razões como:

➤ **Padronização:** Esses itens possuem amplo estudo técnico e são aprovados pela ANVISA para serem vendidos no mercado. Isso garante que os produtos atendam aos requisitos mínimos de qualidade e segurança.

➤ **Acessibilidade:** Classificar esses itens como bens comuns permite que sejam adquiridos por meio de processos licitatórios mais ágeis, como o pregão. Isso é crucial para garantir a disponibilidade rápida e eficiente de recursos essenciais para a saúde pública.

➤ **Transparência:** A utilização de bens comuns em processos licitatórios promove a transparência e a competitividade, reduzindo a possibilidade de fraudes e garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente.

➤ **Segurança e Qualidade:** A classificação como bens comuns assegura que os produtos adquiridos atendam a padrões de qualidade e segurança, essenciais para a proteção da saúde dos pacientes e dos profissionais de saúde.

8.5 Com base em todo o exposto, a modalidade de licitação por Pregão na forma Eletrônica, tipo menor preço, utilizando o Sistema de Registro de Preços, para seleção de Pessoa Jurídica, é a opção mais indicada. Conforme justificado acaba sendo a opção mais vantajosa, para o fornecimento de bens de consumo de natureza comum, conforme descrição e quantidades contidas na Planilha Comparativa de Valores em anexo a este Estudo Técnico Preliminar.

8.6 As exigências já foram elencadas na parte de requisitos item III, o qual contempla as informações necessárias para o fornecimento dos produtos.

8.7 A compra a ser realizada pela Administração Pública servirá para a manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidade permanente ou prolongada de prover os estoques de itens de uso em saúde, necessários para a manutenção do bom atendimento na rede da saúde pública, com controle necessário para se garantir a segurança em saúde pública, tendo em vista que é um dever do poder executivo municipal garantir o funcionamento de toda a rede de atendimento do SUS.

8.8 Quanto à existência de fontes dos recursos para a compra de medicamentos



psicotrópicos e de uso hospitalar, segue descrição abaixo:

- 09.001.10.301.0011.2017.3.3.90.32.00.00 – Manutenção do fundo municipal de Saúde.
- 09.001.10.301.0011.2103.3.3.90.32.00.00 - Material, bem ou serviço de distribuição gratuita. Manutenção do núcleo de apoio a saúde da família.
- 09.001.10.302.0011.1106.3.3.90.30.00.00 - Manutenção das atividades do Hospital e Maternidade Municipal São Miguel Arcanjo. Material, bem ou serviço para distribuição gratuita. Material de consumo.

8.9 Em relação a manutenção e assistência técnica, não compete a este tipo de contratação tais exigências, visto que os materiais devam seguir os padrões indicados de fornecimento, e como se trata de medicamentos, bens de uso e consumo, não se aplicam esses fatores.

8.10 Quanto a indicação de marca de referência ou similar:

8.10.1 A prática de indicar marca como referência está amparada pela legislação vigente, no artigo 41 da Lei de Licitações 14.133/2021, para facilitar a compreensão do objeto licitado, desde que justificada tecnicamente e com o objetivo de garantir a padronização e a compatibilidade dos itens adquiridos.

8.10.2 Para este processo não há exigência de marca específica, devendo ser o produto ofertado compatível com as descrições.

8.11 Quanto à necessidade de manutenção e assistência técnica:

8.12 Em relação a manutenção e assistência técnica, como se trata de medicamentos, não se percebe a necessidade de aplicação desses fatores.

8.13 Quanto a necessidade de garantia:

8.14 Os produtos deverão ter a GARANTIA MÍNIMA DO FORNECEDOR, conforme dispõe a legislação, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao previsto em lei, desde que sem ocasionar custos adicionais à Administração.

9 INCISO VIII – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 Em regra geral, considerando as recomendações previstas no artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021, quanto ao princípio do parcelamento, o parágrafo 2º traz considerações relevantes, sendo:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

V - atendimento aos princípios:

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:



- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
- II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.2 Conforme já explanado nas justificativas anteriormente apresentadas no decorrer deste estudo, a melhor solução para essa contratação seria utilizar a modalidade de licitação de Pregão na forma Eletrônica com Sistema de Registro de preço.

9.3 Neste modelo, os fornecedores vencedores da licitação têm seus preços registrados no sistema. Ou seja, em vez de serem contratados para entregas imediatas, eles são habilitados a fornecer os produtos ou serviços por um período de tempo determinado, com base nos preços registrados, seguindo o prazo de validade estipulado no edital, com base na necessidade da Administração.

9.4 Deste modo, a melhor solução seria optar pelo **parcelamento do objeto em lotes**, ou seja, o objeto deste processo conta com 40 (quarenta) itens, neste sentindo considera-se então que cada item seja classificado como um lote. Essa opção torna-se mais viável para o interesse público, pois permite manter os estoques conforme a necessidade real, considerando que a demanda de consumo dos medicamentos é sazonal.

9.5 A divisão em lotes para os itens de uso em saúde se torna vantajosa, pois permite que várias empresas concorram em apenas um lote ou em grupos de lotes nos quais possuem disponibilidade de venda. Caso contrário, haveria extrema dificuldade em ter apenas uma empresa como fornecedora, aumentando significativamente as chances de um resultado deserto ou fracassado para todos os itens se fossem unificados em um único lote.

9.6 Esses pontos estão em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, que visam garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, promover o desenvolvimento nacional sustentável, incentivar a inovação e a qualidade, e ampliar as oportunidades de participação nas licitações.

9.7 Outro fator importante é que desta forma a Administração Pública não precisa realizar a compra imediatamente após o registro, mas sim conforme a necessidade, garantindo ainda mais vantajosidade, o qual assegura que Administração Pública tenha maior eficiência e contrate os itens de forma mais rápida; econômica uma vez que os preços já estão registrados; tenha flexibilidade de adquirir os produtos conforme a demanda sem a necessidade de um grande comprometimento financeiro inicial.

9.8 O parcelamento do objeto em lotes para esta contratação em questão, assegura a garantia da manutenção do estoque, sem abarrotar o espaço disponível para armazenando, mantendo assim a organização e rotatividade do material, a garantia do interesse público, sendo a forma mais vantajosa, econômica, flexível, proporcionando a variabilidade da demanda, visto que a demanda de medicamentos pode sofrer variações durante o processo.



Por isso o parcelamento pode ser justificado pela necessidade de ajustar o fornecimento à demanda real, evitando compra excessiva de produtos que não seriam utilizados de imediato, otimizando os recursos públicos.

9.9 O não parcelamento do objeto em lotes de uma contratação desta natureza poderia resultar em riscos relevantes, visto que uma compra desta proporção em uma única vez poderia acarretar problemas quanto ao armazenamento inadequado, uso de recursos financeiros indevidos para uma única vez, afetando diretamente a prestação dos serviços.

9.10 Desta forma fica visível a relevância do parcelamento do objeto em lotes para o processo em questão, diante do intuito do problema que é a manutenção dos estoques, levando em consideração o interesse público, evitando falta de material para o atendimento contínuo das necessidades hospitalares dos pacientes, e mantendo a gestão de recursos financeiros, sendo mais vantajoso e conveniente de ser adotado.

9.11 Cabe salientar que, em relação ao parcelamento que consiste na divisão do mesmo lote para fornecimento por mais de uma empresa/fornecedor, este procedimento não se aplica a esta contratação. **Para cada lote é cabível apenas um único fornecedor, não sendo assim aplicável o parcelamento de um mesmo lote.**

9.12 Portanto haverá o parcelamento do objeto deste estudo, o qual é composto por 140 itens, onde cada um dos itens será configurado com um lote.

10 INCISO IX – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

10.1 Com base nos resultados pretendidos, no qual consiste a manutenção dos estoques conforme tese defendida nas justificativas, e diante da análise das soluções, ficou evidenciado que a melhor alternativa seria a modalidade de licitação de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de preço, garantindo assim flexibilidade para a Administração Pública adquirir os produtos conforme demanda, assegurando deste modo o interesse público.

10.2 Nestes termos alguns princípios constitucionais se fazem relevantes para fundamentar a justificativa deste inciso, conforme abaixo:

a) Princípio da Economicidade

Este princípio visa garantir que as aquisições e contratações sejam feitas de forma a obter o melhor resultado com o menor custo possível, respeitando, é claro, a qualidade dos serviços e produtos adquiridos. Quanto aos itens desse processo em questão, garante à Administração pública que os preços a serem pagos estejam de acordo com o valor de mercado, sem abrir mão da qualidade e segurança dos produtos, levando em conta a quantidade necessária, o prazo de entrega e as condições de pagamento. Isso assegura que o



orçamento público seja utilizado de maneira mais vantajosa, evitando excessos ou desperdícios.

b) Princípio da Eficiência

A eficiência implica que a Administração Pública deve sempre buscar os melhores resultados com o uso racional de seus recursos. Ou seja, os recursos financeiros, materiais e humanos devem ser empregados de forma otimizada, sem desperdícios. Para os medicamentos, a opção de parcelamento seguiria este princípio, visto que a aquisição dos produtos seria conforme a demanda para o uso contínuo e manutenção de saldo de estoque.

c) Princípio da Transparência

A transparência visa afiançar que todas as fases do processo licitatório e da contratação sejam claramente documentadas e acessíveis, garantindo a confiança pública e o controle da sociedade e dos órgãos competentes. Para este processo, a Administração deve justificar de forma clara e acessível o quantitativo solicitado, os cálculos e cotações do preço estimado para a contratação, o critério de escolha dos fornecedores, os custos envolvidos e o processo de análise da economicidade.

d) Princípio da Razoabilidade

O princípio da razoabilidade exige que as decisões administrativas sejam proporcionais e adequadas às necessidades da Administração Pública. Deste modo faz-se necessário a manutenção de estoque e parcelamento da contratação, visto se tratar de produtos ligados diretamente a prestação dos serviços de saúde, no qual a demanda diária pode ter grandes oscilações. Dessa forma, a aquisição será realizada considerando a demanda atual de medicamentos, evitando-se tanto a falta de suprimentos, que prejudicaria o atendimento, quanto o excesso de estoques, que resultaria em desperdício de recursos públicos. A administração do estoque será feita com base em previsões de uso, garantindo um aproveitamento maior dos recursos materiais.

10.3 Para justificar o demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e aproveitamento de recursos, a Administração Pública deve fundamentar sua escolha com base nos princípios de economicidade, eficiência, transparência e razoabilidade. O objetivo é garantir que os recursos públicos sejam utilizados da forma mais vantajosa possível, tanto em termos de preço quanto de qualidade, respeitando a necessidade real de materiais e aproveitando ao máximo os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

10.4 Com base no exposto e considerando o levantamento de mercado, fica demonstrado que o problema a ser resolvido para atendimento da necessidade objeto desse ETP, será através de processo de licitação para a aquisição de medicamentos psicotrópicos, de forma parcelada em 40 (quarenta) itens, com o uso da modalidade pregão eletrônico, com



Sistema de Registro de Preços, conforme a estimativa de valor demonstrada nas certidões de pesquisa, na Planilha Comparativa de Valores e descritas no item 7.5.3, deste ETP.

11 INCISO X – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

11.1 No momento não foram identificadas providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato tendo em vista que os produtos serão destinados a locais e rotinas já implementados na rede municipal de saúde pública. Portanto, já existe a definição de locais e o planejamento interno para a execução do contrato e utilização dos produtos.

11.2 Havendo a necessidade de providências, adequações e treinamentos, as medidas serão adotadas no momento oportuno.

11.3 Em relação a fiscalização e gestão contratual, o Município possui a Portaria Municipal nº 172/2025, que designa servidores municipais para atuarem com fiscais de contratos.

11.4 Desta forma ficam designados os seguintes servidores para gestão e fiscalização do contrato/ata:

GESTÃO ADMINISTRATIVA:

Nome: Fernanda Moreira Prestes – Secretária Municipal de Saúde.

E-mail: adm.saude@saomiguel.pr.gov.br

Telefone: (45) 3565-8188.

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

Nome: Andrio Presa – Assessor técnico de Gestão Administrativa – Portaria 172/2025

E-mail: secsaude@saomiguel.pr.gov.br

Telefone: (45) 3565-8100 – ramal 4595

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA PARA OS ITENS DA FARMÁCIA BÁSICA CENTRAL:

Nome: Angélica Casagrande – Farmacêutica

E-mail: farmacia@saomiguel.pr.gov.br

Telefone: (45) 3565-8100, RAMAL 4589

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA PARA OS ITENS DO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL

SÃO MIGUEL ARCANJO – HMMSMA:



Nome: Ariane Rodrigues Dos Santos – Farmacêutica

E-mail: hmsma@saomiguel.pr.gov.br ; farmaciacomplexo@hotmail.com

Telefone: (45) 3565-8190, RAMAL 4615

12 INCISO XI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1 Embora se trate de medicamentos psicotrópicos para distintas finalidades de tratamentos, para esta demanda, não há interdependência entre os mesmos, ou seja, a aquisição de um tipo de medicamento não depende da aquisição de outro. A compra pode ser feita de forma independente, conforme a demanda de cada tipo de medicamento, mantendo assim os produtos em estoque, de forma a não ocasionar prejuízos à execução de serviços clínicos ou hospitalares.

12.2 Esta contratação independe de outra para atingir sua finalidade. Como já descrito, existe uma demanda contínua de tais itens, logo faz-se necessário sua manutenção em estoque, visto que sua ausência causaria impactos negativos para a administração na prestação dos serviços e diretamente na assistência aos pacientes que necessitam.

13 INCISO XII – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

13.1 Impacto ambiental, de forma geral, é qualquer alteração no meio ambiente, provocada pela atividade humana, que possa afetar de alguma forma o equilíbrio natural, os recursos ambientais ou a saúde da população. Neste contexto se aplica aos efeitos que a aquisição, uso ou descarte de um bem, serviço ou obra pode causar ao meio ambiente, desde a fabricação até o fim da vida útil do objeto contratado.

13.2 Para este processo, os impactos ambientais dos produtos estão diretamente relacionados no momento do descarte das embalagens dos medicamentos.

13.3 Aos casos em que se torna necessário realizar o descarte de produtos contaminados, o município possui local adequado para depositar este tipo de resíduo que é recolhido por empresa especializada no seu tratamento e descarte final. Assim como os resíduos não contaminados também são recolhidos pelo sistema de tratamento de resíduos do Município para o adequado descarte final.

13.4 Em relação a este contexto, o artigo 5 da Lei 14.133/2021 aborda sobre o princípio da sustentabilidade, que deve ser adotado nos processos de licitações. Deste modo



para que um município realize a licitação de medicamentos de forma sustentável, é importante que as exigências legais sejam cumpridas de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. A legislação orienta a adoção de critérios que promovam a sustentabilidade nos aspectos sociais, ambientais e econômicos.

13.5 O objeto visa “proporcionar a proteção à vida e à saúde humana”; trazendo consigo a redução dos riscos de desabastecimento dos estoques da rede municipal de saúde pública e, portanto, a manutenção da saúde e bem-estar dos pacientes, colaborando com a segurança sanitária e promoção da saúde pública.

13.6 Nas questões de âmbito econômico e ambiental, traz a “redução de gastos e de resíduos”, isso ocorre pela manutenção da segurança sanitária em saúde pública, através do diagnóstico e tratamento imediato e contínuo, quando necessário, dentro de instituições de saúde organizadas e bem estruturadas, com a manutenção dos estoques de produtos de uso em saúde, cujo objeto deste estudo pretende contribuir. Portanto, a compra por si só, traz benefícios diretos e indiretos para a sociedade. São produtos essenciais para manutenção dos ambientes de saúde.

13.7 Essas orientações estão alinhadas com os princípios constitucionais e as diretrizes da Advocacia-Geral da União para contratações públicas sustentáveis, assegurando que o processo licitatório considere aspectos éticos, jurídicos e socioambientais fundamentais para a administração.

13.8 Sendo assim, a gestão de resíduos de saúde será de responsabilidade do setor gerador do resíduo, ou seja, é de responsabilidade do HMMSMA e da Farmácia Básica Central, nos casos em que ocorrer atendimento que gerarem resíduos, providenciar o descarte correto dos resíduos provenientes de atividades desenvolvidas dentro de cada um dos estabelecimentos.

14 INCISO XIII – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

14.1 Diante todo estudo apresentado, com o conjunto de justificativas com base nos itens, quantidades e finalidades, resta compreendido que a maneira mais vantajosa em termos de eficiência, eficácia, economia e buscando atender o interesse público é a modalidade de licitação Pregão por meio Eletrônico, utilizando para isso o Sistema de Registro de Preços.

14.2 Sobre as questões de fornecimento devidamente elencadas, a opção pelo parcelamento em lotes é outra medida bastante vantajosa, visto que aumenta a capacidade da participação de empresas que detenham de apenas um dos itens ter a possibilidade de poder participar do processo, garantindo assim o princípio da isonomia.



14.3 Deste modo outro ponto de relevância é que os produtos serão fornecidos conforme houver a demanda, garantindo que os pacientes tenham acesso a estes produtos, uma vez que o intuito é manter os estoques para atendimentos, sem a necessidade de um espaço vasto e exorbitante para armazenamento, e assegurando a validade do medicamento, seguindo a solicitação conforme for necessário.

14.4 Dentre os principais benefícios diretos e indiretos que o órgão almeja atingir com a presente contratação, citam-se: A compra a ser realizada pela Administração Pública servirá para a manutenção da atividade administrativa e técnica, decorrente de necessidade permanente ou prolongada de prover medicamentos de uso em saúde, essenciais para o atendimento em saúde, tendo em vista que é um dever do poder executivo municipal garantir a saúde pública; Atender ao interesse público com fornecimento de medicamentos necessários para a saúde dos indivíduos; Manter o funcionamento do HMMSMA.

14.5 A escolha da realização de procedimento licitatório para a compra dos produtos para a solução dos problemas é a mais viável na atualidade, sobretudo no que se refere ao trabalho contínuo no atendimento em saúde, uma vez que os serviços somente podem ser executados pelos profissionais capacitados se existir os medicamentos, insumos, materiais e equipamentos apropriados e necessários, com vistas a contribuir para toda a saúde pública no Município de São Miguel do Iguaçu-PR.

14.6 Através deste Estudo Técnico Preliminar ficou evidenciada a necessidade existente e sua melhor forma de atendimento, para resultar na aquisição dos itens necessários.

14.7 Ao final do processo licitatório espera-se que sejam atendidas as necessidades de manutenção do estoque, contribuindo assim para o atendimento da população que recorre ao SUS e aos que necessitem dar continuidade aos tratamentos em casa por meio do uso contínuo de medicamentos psicotrópicos fornecidos gratuitamente através da Secretaria de Saúde.

15 ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

15.1 O mapeamento de riscos é etapa crucial para a garantia de que o presente procedimento seja conduzido de forma eficiente, transparente e que eventuais problemas sejam identificados e mitigados de forma anterior a efetivação da contratação, envolvendo a identificação, avaliação e gerenciamento de riscos que possam comprometer o sucesso do processo licitatório ou a execução do contrato. A Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, enfatiza a necessidade de planejamento e gestão de riscos como parte fundamental do processo.

15.2 O mapa de riscos para a presente contratação foi elaborado tendo como referência a metodologia utilizada no Mapa de Risco do processo administrativo eletrônico n.



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

0080/2023-e do Consórcio Interfederativo Santa Catarina, disponível em: <https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/12075748000132/compras/2023/61/arquivos/5>.

15.3 Quanto aos objetivos:

15.4 OBJETIVO GERAL

15.5 Identificar, analisar e mitigar os possíveis riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, assegurando que o processo esteja alinhado com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e integridade previstos na Lei nº 14.133/2021. Uma ferramenta de análise que gerará um documento que deverá ser utilizado para identificar os principais riscos intrínsecos ao processo de licitação, com ações que viabilizam o controle, a prevenção e a mitigação dos impactos.

15.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

15.7 Antecipar falhas e inconsistências no planejamento da contratação, como escopo mal definido, estimativas de custo imprecisas ou ausência de estudos técnicos preliminares.

15.8 Garantir conformidade legal, evitando nulidades e responsabilizações futuras por falhas na instrução processual.

15.9 Promover decisões informadas, oferecendo aos gestores dados sobre os riscos envolvidos para que possam tomar medidas preventivas ou corretivas.

15.10 Aumentar a eficiência administrativa, reduzindo retrabalho, atrasos e custos adicionais decorrentes de problemas não previstos.

15.11 Fortalecer a governança pública, por meio da implementação de práticas de controle interno e gestão de riscos, conforme exigido pela nova legislação.

15.12 Facilitar a fiscalização e o controle externo, ao documentar os riscos e as medidas adotadas para mitigá-los, promovendo maior transparência.

15.13 Quanto a Justificativa:

15.14 O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual. Esse levantamento é como um mapa de navegação: quanto mais detalhado e preciso, menor a chance de naufrágio no meio do caminho.

15.15 Quanto a Metodologia

15.16 Primeira etapa: Definiu-se o objeto, identificou-se os envolvidos, definiu-se as responsabilidades, escolheu-se a abordagem da análise qualitativa e quantitativa dos riscos, por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto.

15.17 Segunda etapa: Identificou-se os riscos potenciais relacionados ao objeto. Levanta tudo que pode dar errado: escopo mal definido, orçamento subestimado, falhas jurídicas etc. É o momento de “pensar no pior” para evitar surpresas. Quanto mais completo esse levantamento, melhor.

**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU****ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026**

15.18 Terceira etapa: Classificou-se cada risco quanto à probabilidade e ao impacto (baixa, média, alta). Atribuiu-se valores e montou-se o Mapa de Riscos. Essa etapa ajuda a priorizar os riscos. Nem todo risco merece a mesma atenção — você foca nos mais críticos. Além disso, relacionou-se os danos potenciais; as ações preventivas; e ações corretivas/contingenciais; bem como se elaborou o Mapa de Riscos de cada fase analisada. Define o que será feito para evitar ou corrigir cada risco.

15.19 Quarta etapa: Após a identificação e classificação, executou-se uma análise conforme a abordagem definida na primeira etapa (qualitativa, quantitativa ou mista).

15.20 Quinta etapa: monitoramento e revisão contínua com a atualização periódica do mapa de riscos; registro de ocorrências reais e da eficácia das ações corretivas aplicadas; inclusão de lições aprendidas para retroalimentar o planejamento futuro.

15.21 Quanto a Classificação:

15.22 CLASSIFICAÇÃO QUALITATIVA: A análise dos riscos considera o objeto a ser tratado e é realizada por meio da tabela de classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme referência a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	VALOR
BAIXO	5
MÉDIO	10
ALTO	15

- **Baixo:** aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

- **Médio:** pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

- **Alto:** necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que comprometem a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

15.23 CLASSIFICAÇÃO QUANTITATIVA: A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

15.24 A tabela a seguir apresenta a matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

	15	75	150	225
--	----	----	-----	-----



	10	50	100	150
	5	25	50	75
		5	10	15
		IMPACTO (I)		

15.25 O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da Mapa Probabilidade x Impacto. Caso o risco enquadre-se na região entre 25 e 50, seu nível de risco é entendido como baixo. Se estiverem na região entre 75 e 100, entende-se como médio e na região entre 150 e 225, entende-se como nível de risco alto. Nos casos de riscos classificados como médio e alto, deverão ser adotadas as medidas preventivas previstas em cada fase de análise.

15.26 Essa metodologia é uma **ferramenta estratégica** que permite ao gestor público **antecipar problemas, avaliar impactos e tomar decisões conscientes** antes mesmo de publicar o edital.

15.27 Quanto às ações pertinentes no mapa de risco, a ação preventiva se dará com o intuito de observar com antecedência o risco e concluir sobre as prováveis consequências. Já a ação de contingência tem o caráter de definir as estratégias de como o Município irá responder a eventos importantes que afetam os planos originais.

15.28 Os riscos podem ser identificados e agrupados em categorias para facilitar o seu gerenciamento. Abaixo algumas sugestões de categorias:

- **Estratégicos:** estão associados à tomada de decisão que pode afetar negativamente o alcance dos objetivos da Administração;
- **Operacional:** eventos que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade, normalmente associados a processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;
- **Orçamentário:** eventos que podem comprometer a capacidade da entidade de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações;
- **Reputação ou Imagem:** eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (parceiros, consorciados, população etc.) na Administração;
- **Conformidade Legal:** eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades da Administração.

15.29 DESENVOLVIMENTO DO MAPA DE RISCOS



1ª ETAPA - DEFINIÇÃO DO OBJETO E IDENTIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

Definição do objeto: Aquisição de MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS da lista REMUME para atendimento das demandas da Farmácia Básica Central e MEDICAMENTOS DE USO HOSPITALAR para o Hospital e Maternidade Municipal São Miguel Arcanjo – HMMSMA.

Sector requisitante: Farmácia Básica Central e Hospital e Maternidade Municipal São Miguel Arcanjo – HMMSMA.

Abordagem da análise: qualitativa com determinação do grau dos possíveis riscos e quantitativa por meio do produto da classificação escalar probabilidade x impacto.

Definição das Responsabilidades: conforme quadro a seguir.

Etapa	Responsável	Ferramenta de Apoio
Definição do objeto e abordagem	Área demandante + Equipe de planejamento	Documento de Formalização de Demanda; e Estudo Técnico Preliminar
Identificação de riscos	Equipe de planejamento	Histórico de ocorrência, complexidade do objeto.
Classificação e análise	Equipe de planejamento + Gestor	Matriz de Riscos
Monitoramento	Fiscal do contrato + gestor do contrato + fiscal técnico	Relatórios periódicos das ocorrências.

2ª ETAPA - IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS RELACIONADOS AO OBJETO

1	<p>Fase de Planejamento da Contratação: <u>Riscos relacionados ao comprometimento da efetividade do planejamento da contratação:</u></p> <ul style="list-style-type: none">1.1. Risco de selecionar equipe inadequada para realizar o planejamento da contratação1.2. Risco de atraso ou demora na conclusão do processo administrativo de contratação1.3. Risco de ausência de recursos orçamentários ou financeiros1.4. Risco de existência de outras demandas prioritárias de contratações1.5. Risco de estimativa incorreta do quantitativo de bens a serem adquiridos1.6. Risco de estimativa errônea do preço referencial para a aquisição dos bens1.7. Risco de contratação com preço acima da média do mercado.
2	<p>Fase de Seleção da Executante/fornecedor: <u>Riscos relacionados ao comprometimento da efetividade da seleção do fornecedor:</u></p> <ul style="list-style-type: none">2.1. Risco relacionado a falta de habilitação jurídica, social, fiscal e/ou trabalhista2.2. Risco relacionado à falta de qualificação econômica financeira e técnico-operacional
3	<p>Fase de Gestão e Fiscalização do Contrato: <u>Riscos relacionados ao comprometimento da efetividade da gestão contratual:</u></p> <ul style="list-style-type: none">3.1. Risco relacionado à falta de acompanhamento e/ou fiscalização do contrato3.2. Risco relacionado à qualificação insuficiente dos fiscais e/ou gestores de contrato3.3. Risco relacionado ao descumprimento de cláusulas contratuais por parte da executante



- 3.4. Risco relacionado à inadimplência fiscal e tributária da executante
- 3.5. Risco relacionado ao descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS do fornecedor
- 3.6. Risco relacionado à entrega do objeto em desconformidade com o especificado no Termo de Referência, ou ainda, com vícios

3ª ETAPA - CLASSIFICAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RISCOS: DANOS E AÇÕES RELACIONADOS AO PROCESSO LICITATÓRIO**1 - FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO****1. RISCOS RELACIONADOS AO COMPROMETIMENTO DA EFETIVIDADE DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

1.1. Risco de selecionar equipe inadequada para realizar o planejamento da contratação (despreparada e sem ferramentas de processamento de dados para realizar o controle dos estoques e a definição das demandas).

Tabela de probabilidade x Impacto

Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto

Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que compromete a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

Dano/resultado:

- 1 - Documento de formalização de demanda (DFD) inadequado, com definição imprecisa do objeto, baseado em suposições, sem estatística que defina a real necessidade.
- 2 - Estudo técnico preliminar inadequado, com informação insuficiente, com ausência de pesquisa de mercado, estimativas de consumo ou análise da viabilidade.
- 3 - Erro na estimativa de preços, o que pode levar à contratação acima do valor de mercado ou à frustração do certame por preços inexequíveis.
- 4 - Escolha inadequada ou equivocada da modalidade de licitação, o que pode comprometer a competitividade e a legalidade do processo.
- 5 - Inadequação do objeto licitado: compra de produto ou contratação de serviço com características e/ou quantidades insuficientes ou muito superiores, ou diversa das necessárias.
- 6 - Desabastecimento de insumos essenciais.
- 7 - Realização de contratação emergencial e onerosa para sanar problemas de desabastecimento.
- 8 - Comprometimento do planejamento orçamentário afetando outras áreas da gestão pública.
- 9 - Violação de princípios como eficiência, economicidade e legalidade.
- 10 - Sanções administrativas.
- 11 - Perda da credibilidade e confiança da população na Gestão Pública diante de falhas recorrentes.



Ação Preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável
I.	Para evitar todos os danos, em geral, deve-se definir equipes e ou servidor(es), em cada Setor, com conhecimento suficiente para realizar a gestão das suas necessidades, o controle de estoques, a solicitação através de DFD, ETP, em tempo hábil, necessários para que não haja prejuízos no atendimento ao público.	Gestor da Pasta/Setor requisitante
II.	Para dar suporte aos documentos e subsídio ao planejamento da contratação, deve-se: a) implementar as ferramentas de processamento de dados para o controle de estoque que emitam os relatórios estatísticos de consumo e demanda reprimida para definir projeções futuras; b) implantar ferramentas de fiscalização dos contratos/atas. c) capacitar, esclarecer e envolver toda a equipe, desde os chefes, especialistas até os atendentes que fazem a distribuição/dispensação/uso, para que tenham consciência do seu papel e da importância dos registros e das medidas de controle para a realização das contratações futuras e, assim, manter o bom atendimento final, diminuindo as faltas recorrentes por falhas no planejamento.	Gestão Municipal/Setor requisitante
III.	Para evitar todos os danos deve-se realizar capacitação contínua das equipes em geral quanto aos procedimentos necessários em compras públicas.	Gestão Administrativa/Setor Requisitante
VI.	Para elaboração dos documentos deve-se utilizar os modelos padronizados.	Setor requisitante
V.	Para a pesquisa de preços deve-se utilizar os painéis de preços públicos, consultar as contratações similares anteriores feita pelo município, consultar os valores praticados no mercado.	Setor requisitante
VI.	Para evitar a escolha inadequada da modalidade de licitação deve-se capacitar servidores sobre as modalidades previstas na legislação vigente e submeter o processo à análise jurídica prévia.	Setor requisitante
VII.	Para evitar equívocos nas características/definição dos itens do objeto a área requisitante e/ou especialista(s) deve(m) validar as especificações técnicas; exigir no processo administrativo a realização de visitas técnicas quando cabível; a realização de testes de amostragem quando cabível; e/ou a realização de pré-qualificação do produto conforme previsão legal.	Setor requisitante
VIII.	Para evitar desabastecimento e compras emergenciais implantar sistema de monitoramento de estoque em tempo real; criar contratos com cláusulas de entrega escalonada e reserva técnica; priorizar contratações regulares e essenciais para o funcionamento das	Gestão Administrativa

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



	atividades da Secretaria.	
IX.	Para evitar o comprometimento do planejamento orçamentário deve-se integrar as solicitações com o Plano de Contratações Anual – PCA e com o planejamento orçamentário. Realizar análise de custo-benefício para compras não previstas.	Gestor da Pasta/Setor requisitante
X.	Para evitar a violação de princípios legais deve-se realizar capacitação dos servidores sobre ética, conduta e legislação aplicável às compras públicas municipais.	Gestão Administrativa
XI.	Para evitar as sanções administrativas deve-se formalizar procedimentos internos de controle, agir com transparência, promover capacitação efetiva e contínua dos agentes públicos envolvidos.	Gestão Administrativa
XII.	Para evitar a perda de credibilidade na Gestão Administrativa Municipal deve-se agir com transparência; criar canais de diálogo e participação social; monitorar através de indicadores de satisfação e impacto social dos atendimentos prestados; realizar a análise dos dados com proposição e adoção de medidas mitigadoras para aplicação de melhorias contínuas nos serviços prestados à população.	Gestão Administrativa

Ação de Contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável
I.	Solicitação de suspensão, paralisação, cancelamento do processo para readequações.	Gestão Municipal/Setor requisitante
II.	Solicitação de revisão técnica/readequação do DFD e do ETP.	Gestão Municipal/Setor requisitante
III.	Reavaliação dos preços e realização de novas pesquisas de preços quando necessárias.	Gestão Municipal/Setor requisitante
VI.	Reavaliação da modalidade de licitação, qualificações técnicas, entre outras necessidades.	Gestão Municipal/Setor requisitante
V.	Para evitar o desabastecimento buscar: a) redistribuir insumos da rede, apoio de outras entidades, entes federativos, consórcios públicos; b) realizar contratações emergenciais normalmente mais onerosas.	Gestão Municipal/Setor requisitante
VI.	Para realizar contratações emergenciais: a) formalizar processo com base no artigo 75 da Lei 14.133/2021; b) estabelecer prazos curtos e cláusulas de controle rigoroso.	Gestão Municipal/Setor requisitante
VII.	Para evitar o comprometimento orçamentário deve-se: a) repriorizar despesas e realocar recursos de forma emergencial; b) solicitar créditos adicionais ou remanejamento orçamentário; c) suspender temporariamente contratações não essenciais.	Gestão Municipal/Setor requisitante

**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

VIII.	Se houver indício de violação dos princípios legais deve-se: a) corrigir os atos administrativos, revisar todo o processo e capacitar os envolvidos para evitar o problema; b) abrir processo interno de apuração.	Gestão Municipal/Setor requisitante
IX.	Se houver sanções administrativas deve-se: a) corrigir os atos e adotar medidas reparatórias; b) reforçar o controle interno; c) revisar os fluxos de trabalho e capacitar os envolvidos; d) apresentar defesa técnica e jurídica.	Gestão Municipal/Setor requisitante
X.	Se houver perda de credibilidade e confiança da população na Gestão Pública deve-se: a) realizar comunicado público transparente sobre as medidas corretivas; b) promover ações de escuta ativa com usuários e conselhos; c) implementar plano de recuperação da imagem institucional.	Gestão Municipal/Setor requisitante
XI.	Substituição de membros da equipe de planejamento.	Gestão Municipal/Setor requisitante

1 - FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO						
1.2. Risco de atraso ou demora na conclusão do processo administrativo de contratação.						

Tabela de probabilidade x Impacto						
Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto

Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que compromete a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

Dano/resultado:

- 1 - Desabastecimento de insumos essenciais.
- 2 - Realização de contratação emergencial e onerosa para sanar problemas de desabastecimento.
- 3 - Prejuízos ao planejamento da solução estipulada.
- 4 - Falta de estoques de itens estipulados para distribuição gratuita.
- 5 - Problemas no atendimento da população pela má gestão dos recursos públicos.
- 6 - Perda da credibilidade e confiança da população na Gestão Pública.

Ação Preventiva para evitar os danos apresentados	Responsável
----------------------------------------------------------	--------------------



I.	Equipes de planejamento com número suficiente de indivíduos preparados para realizar todas as etapas dos procedimentos administrativos licitatórios.	Gestão Municipal/Setor requisitante
II.	Alinhamento com todos os agentes envolvidos no planejamento do processo, na análise dos documentos e na realização dos procedimentos administrativos licitatórios.	Gestão Municipal/Setor requisitante
III.	Para evitar todos os danos levantados deve-se realizar capacitação contínua das equipes em geral quanto aos procedimentos necessários em compras públicas.	Gestão Municipal/Setor requisitante
IV.	Para elaboração dos documentos deve-se utilizar os modelos padronizados.	Gestão Municipal/Setor requisitante

Ação de Contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável
I.	Aumentar o número de e/ou substituir membros da equipe de planejamento que não estejam apresentando bom rendimento.	Gestão Municipal/Setor requisitante
II.	Para evitar o desabastecimento buscar: a) redistribuir insumos da rede, apoio de outras entidades, entes federativos, consórcios públicos; b) realizar contratações emergenciais normalmente mais onerosas.	Gestão Municipal/Setor requisitante
III.	Se houver perda de credibilidade e confiança da população na Gestão Pública deve-se: a) realizar comunicado público transparente sobre as medidas corretivas; b) promover ações de escuta ativa com usuários e conselhos; c) implementar plano de recuperação da imagem institucional.	Gestão Municipal/Setor requisitante

1 - FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**1.3. Risco de ausência de recursos orçamentários ou financeiros.**

Tabela de probabilidade x Impacto						
Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto



Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que compromete a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

Dano/resultado:

- 1 - Impossibilidade e/ou atraso na contratação.
- 2 - Realocação de recursos de forma emergencial.
- 3 - Realizar crédito adicional ou remanejamento orçamentário.
- 4 - Suspensão temporária de contratações menos necessárias ou de menor importância para o interesse público.
- 3 - Desabastecimento de insumos essenciais.
- 3 - Falta de estoques de itens estipulados para distribuição gratuita.
- 4 - Problemas no atendimento da população pela má gestão dos recursos públicos.
- 5 - Perda da credibilidade e confiança da população na Gestão Pública.

Ação Preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável
I.	Equipes com número suficiente de indivíduos preparados para realizar todas as etapas de planejamento de contratações anuais, desde a elaboração do PCA, estimando os gastos, até os documentos para os procedimentos administrativos licitatórios.	Gestão Municipal/Setor requisitante
II.	Alinhamento com todos os agentes envolvidos no planejamento do processo, na análise dos documentos e na realização dos procedimentos administrativos licitatórios.	Gestão Municipal/Setor requisitante
III.	Para evitar todos os danos levantados deve-se realizar capacitação contínua das equipes envolvidas em geral quanto aos procedimentos necessários em compras públicas.	Gestão Municipal/Setor requisitante
IV.	Para elaboração dos documentos deve-se utilizar os modelos padronizados.	Gestão Municipal/Setor requisitante
V.	Realizar a estimativa das necessidades no PCA com estimativas dos gastos necessários.	Setor requisitante.
VI.	Reservar dotação orçamentária adequada e realizar pré-empenho da despesa.	Setor requisitante.

Ação de Contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.	Responsável
------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------



I.	Substituir membros da equipe planejamento que não estejam apresentando bom rendimento.	Setor requisitante.
II.	Solicitar a realização de crédito adicional ou remanejamento orçamentário.	Setor requisitante/Sec. Finanças
III.	Para evitar o desabastecimento buscar: a) redistribuir insumos da rede, apoio de outras entidades, entes federativos, consórcios públicos; b) realizar contratações emergenciais normalmente mais onerosas.	Gestão Municipal/Setor requisitante
IV.	Se houver perda de credibilidade e confiança da população na Gestão Pública deve-se: a) realizar comunicado público transparente sobre as medidas corretivas; b) promover ações de escuta ativa com usuários e conselhos; c) implementar plano de recuperação da imagem institucional.	Gestão Municipal/Setor requisitante

1 - FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**1.4. Risco de existência de outras demandas prioritárias de contratações.**

Tabela de probabilidade x Impacto						
Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto

Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que compromete a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

Dano/resultado:

1 - Impossibilidade e/ou atraso na contratação.

Ação preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável
I.	Definir o cronograma de trabalho com todos os responsáveis	Secretaria requisitante/Gabinete



	envolvidos.	do Prefeito				
Ação de contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável				
I.	Sensibilizar a Administração Geral quanto da importância e necessidade da contratação.	Secretaria requisitante /Gabinete do Prefeito				
1 - FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO						
1.5. Risco de estimativa incorreta do quantitativo de bens a serem adquiridos						
Tabela de probabilidade x Impacto						
Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto
<p>Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.</p> <p>Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.</p> <p>Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que comprometem a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.</p>						
Dano/resultado:						
1 - Aquisição de bens em quantidade superior ou inferior à demanda existente.						
2 – Gastos desnecessários com compras de itens superior à demanda.						
3 – Desabastecimento por aquisição inferior à demanda necessária.						
Ação preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável				
I.	Equipe de planejamento da contratação deve realizar as estimativas de mensuração e definição da melhor solução para às demandas verificadas, com apoio das unidades envolvidas e com base em contratações e experiências anteriores. Deve-se considerar dados estatísticos.	Secretaria/ Setor requisitante				



Ação de contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável
I.	Cronograma de aquisições parceladas para se adequar a demanda real.	Secretaria/ Setor requisitante
II.	Controle e fiscalização dos contratos para verificar a necessidade de aditivos de quantidades e/ou a preparação de um novo processo.	Secretaria/ Setor requisitante

1 - FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO																											
1.6. Risco de estimativa errônea do preço referencial para a aquisição dos bens.																											
<table border="1"><thead><tr><th colspan="7">Tabela de probabilidade x Impacto</th></tr></thead><tbody><tr><td>Probabilidade:</td><td>5</td><td>Baixa</td><td>10</td><td>Média</td><td>15</td><td>Alta</td></tr><tr><td>Impacto:</td><td>5</td><td>Baixo</td><td>10</td><td>Médio</td><td>15</td><td>Alto</td></tr></tbody></table>							Tabela de probabilidade x Impacto							Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta	Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto
Tabela de probabilidade x Impacto																											
Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta																					
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto																					
<p>Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.</p> <p>Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.</p> <p>Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que compromete a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.</p>																											
<p>Dano/resultado:</p> <p>1 - Elevação de custos decorrente do incorreto levantamento dos preços mensurados, ou ainda, licitação deserta, em virtude da estimativa de preços em desconformidade com a realidade do mercado.</p>																											
Ação preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável																									
I.	A equipe de planejamento da contratação deve se basear nas Instruções Normativas referentes à aquisição de bens comuns, realizando a pesquisa de preços em conformidade com o estipulado no Decreto Municipal nº 115, de 16 de fevereiro de 2023.				Secretaria requisitante																						

Ação de contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável
------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-------------



I.	Avaliação e, caso necessário, realização de nova estimativa de valores.	Secretaria requisitante
----	-------------------------------------------------------------------------	-------------------------

1 - FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1.7. Risco de contratação com preço acima da média do mercado.

Tabela de probabilidade x Impacto						
Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto

Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que compromete a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

Dano/resultado:

1 - Celebrar contrato com empresa sem expertise e incapaz de atender o objeto contratado de forma adequada.

Ação preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável
I.	Solicitar em edital de licitação qualificação técnica, e econômico financeiro consoante orientação da Instrução Normativa SEGENS/MPDG nº. 05/2017.	Secretaria requisitante
II.	Fiscalização rigorosa do contrato.	Secretaria requisitante

Ação de contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável
I.	Aplicar as sanções previstas no instrumento convocatório caso os bens fornecidos não atendam o quanto exigido para execução do contrato.	Secretaria requisitante /Gabinete do Prefeito

2 - FASE DE SELEÇÃO DA EXECUTANTE/FORNECEDOR

2.RISCOS RELACIONADOS AO COMPROMETIMENTO DA EFETIVIDADE DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**2.1. Risco relacionado a falta de habilitação jurídica, social, fiscal e/ou trabalhista**

Tabela de probabilidade x Impacto						
Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto

Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que compromete a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

Dano/resultado:

1 - Executante sem a habilitação jurídica, social, fiscal e/ou trabalhista exigida para o fornecimento dos bens objeto deste processo administrativo.

Ação Preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável
I.	Desclassificação da arrematante e convocação da próxima colocada, com probabilidade do valor ofertado ser superior, constando tal previsão no Termo de Referência/Edital.	Gestor da Pasta/Setor requisitante

Ação de Contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável
I.	Não declaração do vencedor.	Gestão Municipal/Setor requisitante

2 - FASE DE SELEÇÃO DA EXECUTANTE/FORNECEDOR**2.2. Risco relacionado à falta de qualificação econômica financeira e técnico-operacional**

Tabela de probabilidade x Impacto						
Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto

Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser



catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que compromete a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

Dano/resultado:

1 - Fornecedor sem a qualificação econômico-financeira e/ou técnico-operacional exigida para o fornecimento dos bens objeto deste processo administrativo.

Ação Preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável
I.	Desclassificação da arrematante e convocação da próxima colocada, com probabilidade do valor ofertado ser superior, constando tal previsão no Termo de Referência/Edital.	Equipe de planejamento da contratação/Comissão de Licitações

Ação de Contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável
I.	Não declaração do vencedor.	Comissão de Licitações

3 - FASE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

RELACIONADOS AO COMPROMETIMENTO DA EFETIVIDADE DA GESTÃO CONTRATUAL.

3.1. Risco relacionado à falta de acompanhamento e/ou fiscalização do contrato.

Tabela de probabilidade x Impacto					
Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15

Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que compromete a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

Dano/resultado:

1 - Falta de acompanhamento e/ou fiscalização do contrato, incluída a não observância das obrigações da



contratada e contratante.

Ação preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável
I.	Manter substitutos, recrutar e capacitar novos integrantes.	Secretários/gestores municipais

Ação de contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável
I.	Redistribuição de atividades entre servidores e priorização de demanda.	Secretários/gestores municipais

3 - FASE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.2. Risco relacionado à qualificação insuficiente dos fiscais e/ou gestores de contrato.

Tabela de probabilidade x Impacto						
Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto

Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que compromete a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

Dano/resultado:

1 - Baixa qualidade na avaliação do objeto entregue.

Ação preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável
I.	Indicar servidores capacitados.	Secretários/gestores municipais



Ação de contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável
I.	Prover treinamento aos servidores que serão indicados.	Secretários/gestores municipais

3 - FASE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**3.3.Risco relacionado ao descumprimento de cláusulas contratuais por parte da executante.**

Tabela de probabilidade x Impacto						
Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto

Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que compromete a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

Dano/resultado:

1 - Desequilíbrio contratual, inobservância às normas de Direito Público por falta de fiscalização do gestor e fiscal do contrato.

Ação preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável
I.	Prever penalidades no Termo de Referência, por descumprimento de cláusulas contratuais.	Equipe de planejamento da contratação
II.	Realizar reunião inicial do contrato para clareza acerca do fornecimento dos bens, caso necessário.	Gestor e fiscal da contratação

Ação de contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável
I.	Aplicar as penalidades e sanções previstas no Termo de Referência.	Gestor e fiscal da contratação
II.	Efetuação de glosas no pagamento.	Gestor e fiscal da contratação



III.	No caso de atraso superior ao aceitável conforme definição contratual, rescindir o contrato e convocar a próxima empresa classificada.	Gestor e fiscal da contratação
------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------

3 - FASE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.4. Risco relacionado à inadimplência fiscal e tributária da executante

Tabela de probabilidade x Impacto						
Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto

Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que comprometem a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

Dano/resultado:

1 - Irregularidade do fornecedor; atraso nas entregas; rescisão do contrato; potencial criação de passivo trabalhista para a administração.

Ação preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável
I.	Exigência da documentação de regularidade fiscal da Contratada.	Equipe de planejamento da contratação/Comissão de Licitações/gestor e fiscal da contratação
II.	Fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas.	Gestor e fiscal da contratação

Ação de contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável
I.	Suspensão do pagamento até a regularização fiscal.	Gestor e fiscal da contratação
II.	Abertura de processo administrativo sancionatório.	Gestor e fiscal da contratação



3 - FASE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.5. Risco relacionado ao descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS do fornecedor

Tabela de probabilidade x Impacto

Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto

Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que compromete a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

Dano/resultado:

1 - Potencial responsabilização subsidiária trabalhista e/ou solidária previdenciária.

Ação preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável
I.	Exigir habilitação jurídica, social, fiscal e/ou trabalhista.	Equipe de planejamento da contratação/Comissão de Licitações/gestor e fiscal da contratação

Ação de contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável
I.	Encaminhar as eventuais situações de inadimplência para o gestor do contrato objetivando o cumprimento das obrigações pendentes através da retenção dos valores das faturas correspondentes.	Fiscal da contratação

3 - FASE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**3.6. Risco relacionado à entrega do objeto em desconformidade com o especificado no Termo de Referência, ou ainda, com vícios.**

Tabela de probabilidade x Impacto						
Probabilidade:	5	Baixa	10	Média	15	Alta
Impacto:	5	Baixo	10	Médio	15	Alto

Baixo: aceitável ou requer medidas mínimas. Dano que não compromete o processo/aquisição. Deve ser catalogado nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: pode necessitar de mitigação com plano de ação. Dano que compromete parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: necessita mitigação com revisão do objeto ou replanejamento obrigatório. Dano que compromete a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

Dano/resultado:

1 - Atraso na entrega dos bens ou bens entregues com vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes.

Ação preventiva para evitar os danos apresentados		Responsável
I.	Exigir qualificação técnico-operacional do fornecedor no fornecimento dos bens.	Equipe de planejamento da contratação/Comissão de Licitações/gestor e fiscal da contratação

Ação de contingência que poderão ser ativadas após a ocorrência de falhas ou eventos adversos.		Responsável
I.	Exigir que o fornecedor realize a substituição ou correção dos pontos faltantes no objeto contratado ou ainda sua substituição, sem prejuízo da aplicação das penalidades	Gestor e fiscal da contratação

4ª ETAPA: ANÁLISE DOS RISCOS CONFORME A ABORDAGEM

A tabela a seguir apresenta a síntese dos riscos classificados no mapa de riscos acima, os quais foram qualificados e quantificados conforme a Matriz de Riscos Probabilidade x Impacto:

CÓD.	RISCO	CATEGORIA ¹	RESPONSÁVEL ²	P ³	I ⁴	NÍVEL DE RISCO (P x I)
1.1	Risco de selecionar equipe inadequada	Operacional	Planejamento da Contratação	5	15	75
1.2	Risco de atraso ou demora na conclusão	Operacional	Planejamento da Contratação	5	10	50
1.3	Risco de ausência de recursos	Orçamentário	Planejamento da Contratação	5	10	50
1.4	Risco de existência de outras demandas	Estratégico	Planejamento da Contratação	5	10	50

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: www.saomiguel.pr.gov.br – e-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

	prioritárias					
1.5	Risco de estimativa incorreta do quantitativo	Operacional	Planejamento da Contratação	5	10	50
1.6	Risco de estimativa errônea do preço referencial	Operacional	Planejamento da Contratação	5	10	50
1.7	Risco de contratação com preço acima da média do mercado.	Conformidade Legal	Planejamento da Contratação	5	10	50
2.1	Risco relacionado a falta de habilitação	Conformidade Legal	Seleção do fornecedor	5	10	50
2.2	Risco relacionado à falta de qualificação econômica financeira e técnico-operacional	Conformidade Legal	Seleção do fornecedor	5	15	75
3.1	Risco relacionado à falta de acompanhamento e/ou fiscalização do contrato	Operacional	Gestão e Fiscalização do Contrato	5	10	50
3.2	Risco relacionado à qualificação insuficiente dos fiscais e/ou gestores de contrato	Estratégico/Operacional	Gestão e Fiscalização do Contrato	10	10	100
3.3	Risco relacionado ao descumprimento de cláusulas contratuais	Operacional	Gestão e Fiscalização do Contrato	5	10	50
3.4	Risco relacionado à inadimplência fiscal e tributária	Orçamentário	Gestão e Fiscalização do Contrato	5	10	50
3.5	Risco relacionado ao descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS	Orçamentário	Gestão e Fiscalização do Contrato	5	10	50
3.6	Risco relacionado à entrega do objeto em desconformidade com o especificado	Reputação	Gestão e Fiscalização do Contrato	5	10	50

Legenda: P – Probabilidade; I – Impacto

¹ A qual natureza o risco está associado.² A qual fase o risco está associado.³ Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos; e⁴ Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos.

RESULTADO DA ANÁLISE DE RISCOS:

- O resultado da análise demonstrou 12 riscos considerados baixo; 03 riscos considerados médio; e 0 risco considerado alto. Demonstrando a **exigência de acompanhamento normal** do processo administrativo para evitar ou corrigir falha. Porém, **com muita atenção para as probabilidades médias de ocorrência**.
- No caso de falha poderá levar a necessidade de aplicação de medida mitigadora com plano de ação



ou com revisão do objeto conforme a necessidade do tipo de ocorrência.

3. Os danos podem comprometer parcialmente o processo ou a essência do processo, impedindo-o de seguir seu curso natural.
4. Necessita de monitoramento e revisão contínua do Mapa de Riscos.
5. As ações de contingência estão descritas nos tópicos de cada tipo de risco apresentados no corpo de texto desta Matriz de Riscos.

5ª ETAPA: MONITORAMENTO E REVISÃO CONTÍNUA COM ATUALIZAÇÃO DO MAPA DE RISCOS

A etapa de **monitoramento e revisão contínua** do Mapa de Riscos é essencial para garantir que os riscos identificados sejam acompanhados ao longo do tempo e que novas ameaças ou oportunidades sejam incorporadas à gestão.

Possíveis ações de Monitoramento:

1. Revisão periódica/contínua do desempenho da contratada pelo fiscal e gestor do contrato com anotações em relatórios, checklists, registros de não conformidade.
2. No caso de identificação de problemas deve-se analisar a ação de contingência ou corretiva dentre as levantadas no mapa de riscos ou se necessário criar a ação e atualizar acrescentando a ação ao mapa de riscos.

EXEMPLO PRÁTICO:

Revisão contínua de contrato de serviço de limpeza

Risco de rotatividade elevada de funcionário na execução do serviço de limpeza em local controlado pelo alto risco de infecção hospitalar.

Situação Atual: Após dois meses de execução, foi identificado que a equipe de limpeza está completa, mas há rotatividade elevada o que demanda maior treinamento e tempo de adaptação.

Medida mitigadora/Nova Ação: Solicitar plano de retenção de pessoal à contratada.

Atualização do Mapa: Probabilidade ajustada para “Alta” (valor 15); e Impacto “Alto” (valor 15), novo nível de risco $P \times I = 15 \times 15 = 225 \rightarrow$ Risco Crítico na matriz de riscos Probabilidade x Impacto.

Tabela Matriz de Riscos: Probabilidade x Impacto

PROBABILIDADE (p)	15	75	150	225
		50	100	150
		25	50	75
	5	5	10	15
IMPACTO (I)				

Decisão: Reunião com a contratada e inclusão de cláusula contratual de penalidade por rotatividade elevada que pode comprometer a execução e o controle de infecções hospitalares.

Registro e Comunicação



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

- Atualização registrada no sistema de gestão de contratos;
- Comunicação formal à área técnica e jurídica;
- Inclusão no relatório trimestral de riscos para tomada de decisão estratégica.

16 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1 Diante de toda a análise desenvolvida no presente Estudo Técnico Preliminar, a contratação mostra-se: Viável em termos de disponibilidade mercado, forma de execução dos serviços e competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

17 RESPONSABILIDADE PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO

17.1 Assumo que o(s) servidor(es) designado(s) como membro(s) da equipe de planejamento da contratação ficarão à disposição para dirimir eventuais dúvidas sobre este Estudo Técnico Preliminar – ETP, bem como para acompanhar todo o procedimento de contratação, fornecendo todas as informações técnicas necessárias junto ao agente de contratação, pregoeiro e sua equipe de apoio.

São Miguel do Iguaçu, Paraná, datado e assinado digitalmente.

Angélica Casagrande
Farmacêutica
Responsável pela Farmácia Básica Central

Ariane Rodrigues Dos Santos
Farmacêutica
Responsável pelo HMMSMA



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

18 APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Por meio deste, aprovo este Estudo Técnico Preliminar – ETP, seu conteúdo e anexos, atestando sua conformidade às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 115, de 2023.

São Miguel do Iguaçu, Paraná, datado e assinado digitalmente.

Fernanda Moreira Prestes
Secretário de Saúde



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Relatórios de Consumo



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ANEXO I – RELATÓRIOS DE CONSUMO

ITEM 1: ALPRAZOLAM (CONTROLADO) CATMAT BR0271357 ALPRAZOLAM 0,5 MG

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO		APRESENTAÇÃO		
2088 - ALPRAZOLAM 0,5 CPR					0,5MG		CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	1.080	60,8656	15,25 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %	
	Fevereiro.:	720	41,5061	10,17 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %	
	Março.:	1.080	62,3859	15,25 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Abril.:	1.020	63,6259	14,41 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Maio.:	1.950	122,8372	27,54 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Junho.:	1.230	79,3473	17,37 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %	
Quantidade Total:		7.080	Valor Total:	430,5680	Período:	6 meses	Consumo Médio:	1.180	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 1180 unidades ao mês.

1180 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 16992

Total arredondado: 17.000

ITEM 2: ALPRAZOLAM (CONTROLADO) CATMATBR 0271358 ALPRAZOLAN 0,25 MG

CONSUMO ANUAL

827 - ALPRAZOLAN 0,25 MG CPR					0,25MG		CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	390	42,0030	16,05 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %	
	Fevereiro.:	0	0,0000	0,00 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %	
	Março.:	0	0,0000	0,00 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Abril.:	690	91,7700	28,40 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Maio.:	600	79,8000	24,69 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Junho.:	750	99,7500	30,86 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %	
Quantidade Total:		2.430	Valor Total:	313,3230	Período:	6 meses	Consumo Médio:	405	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 608 unidades ao mês.

608 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 8755,2

Total arredondado: 8.750

ITEM 3: ALTEPLASE 50 MG, FRASCO INJETÁVEL - PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL + DILUENTE CATMAT BR 436418

SEM RELATORIO DE CONSUMO DISPONIVEL



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 4: ATOMOXETINA 10 mg - CATMAT BR 621014

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
14790 - ATOMOXETINA 10 mg					10 MG	CPR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	0	0,0000	0,00 %	Julho.:	360	262,9578	10,91 %	
	Feveiro.:	0	0,0000	0,00 %	Agosto.:	180	132,2473	5,45 %	
	Março.:	0	0,0000	0,00 %	Setembro.:	180	132,9367	5,45 %	
	Abril.:	0	0,0000	0,00 %	Outubro.:	720	558,7281	21,82 %	
	Maio.:	120	86,6280	3,64 %	Novembro.:	990	909,9843	30,00 %	
	Junho.:	90	64,9710	2,73 %	Dezembro.:	660	548,8581	20,00 %	
Quantidade Total:		3.300	Valor Total:	2.697,3112	Período:	12 meses	Consumo Médio:	275	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 412 unidades ao mês.

412 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 5932,8

Total arredondado: 6.000

ITEM 5: BIPERIDENO, CLORIDRATO DE, CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL. (CONTROLADO DE USO HOSPITALAR) CATMAT BR 396604

CONSUMO ANUAL



HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL
SÃO MIGUEL ARCANJO
Município de São Miguel do Iguaçu

Saídas de MatMed - Estoques

G-HOSP

Seleção : Data de: 01/01/2025 até: 31/12/2025
Material/Medicamento: BIPERIDENO 5MG/ML - AMPOLA
Sintético
Mostrar lote informado na saída
Mostrar valores

Lote: 50030702 Validade: 30/07/2027 CRISTALIA

Lote: 50030702 Validade: 30/07/2027 CRISTALIA

Total geral ==>

Quantidade:

2

Valor:

5,12

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 1 unidades ao mês.

1 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 14,4

Total arredondado: 50

**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 6: BROMAZEPAM (CONTROLADO) CATMATBR 0271774 BROMAZEPAM 6 MG**CONSUMO ANUAL**

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO		
833 - BROMAZEPAM 6 MG CPR					6MG	CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	420	46,1120	19,44 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %
	Feveiro.:	360	39,5245	16,67 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %
	Março.:	240	26,3497	11,11 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Abril.:	360	38,1516	16,67 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %
	Maió.:	300	30,6490	13,89 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Junho.:	480	49,0383	22,22 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %
Quantidade Total:		2.160	Valor Total:	229,8251	Período:	6 meses	Consumo Médio:	360

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 360 unidades ao mês.

360 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 5184

Total arredondado: 5.000**ITEM 7: BUPROPIONA (CONTROLADO) CATMATBR 0268994 BUPROPIONA 150MG****CONSUMO ANUAL**

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO		
11505 - BUPROPIONA 150MG					150MG	CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	0	0,0000	0,00 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %
	Feveiro.:	0	0,0000	0,00 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %
	Março.:	1.800	576,2214	7,46 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Abril.:	6.180	2.061,4004	25,62 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %
	Maió.:	9.540	2.778,1252	39,55 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Junho.:	6.600	1.793,6912	27,36 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %
Quantidade Total:		24.120	Valor Total:	7.209,4382	Período:	6 meses	Consumo Médio:	4.020

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 6030 unidades ao mês.

6030 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 86832

Total arredondado: 85.000



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 8: CLONAZEPAM 2MG (CONTROLADO) CATMAT BR 270119

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
1371 - CLONAZEPAM 2 MG COMPRIMIDOS					2 MG	CPR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	5.193	241,8334	8,79 %	Julho.:	4.740	210,8598	8,02 %	
	Feveiro.:	4.502	214,7544	7,62 %	Agosto.:	5.220	231,1640	8,84 %	
	Março.:	5.160	245,7864	8,73 %	Setembro.:	4.590	205,5746	7,77 %	
	Abril.:	5.670	269,9523	9,60 %	Outubro.:	6.180	278,9564	10,46 %	
	Maio.:	5.370	247,4873	9,09 %	Novembro.:	3.810	171,1047	6,45 %	
	Junho.:	5.010	225,5893	8,48 %	Dezembro.:	3.630	168,2613	6,14 %	
Quantidade Total:		59.075	Valor Total:	2.711,3238	Período:	12 meses	Consumo Médio:	4.923	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 4923 unidades ao mês.

$4923 \times 12 \text{ meses} + \text{estoque de segurança de } 20\% = 70891,2$

Total arredondado: 71.000

ITEM 9: CODEINA 30MG COMPRIMIDO, (CONTROLADO) CATMAT BR 272782

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
1626 - CODEINA 30MG CP					30MG/CPR	CPR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	4.470	7.081,7298	8,54 %	Julho.:	5.610	5.682,7365	10,72 %	
	Feveiro.:	4.590	6.932,0567	8,77 %	Agosto.:	5.250	5.447,1488	10,03 %	
	Março.:	4.320	5.830,7125	8,25 %	Setembro.:	5.910	4.887,4406	11,29 %	
	Abril.:	4.750	6.268,5137	9,07 %	Outubro.:	5.730	4.910,2431	10,95 %	
	Maio.:	3.080	4.310,3306	5,88 %	Novembro.:	5.640	4.385,6072	10,77 %	
	Junho.:	0	0,0000	0,00 %	Dezembro.:	3.000	2.464,5346	5,73 %	
Quantidade Total:		52.350	Valor Total:	58.201,0541	Período:	12 meses	Consumo Médio:	4.363	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 4759 unidades ao mês.

$4759 \times 12 \text{ meses} + \text{estoque de segurança de } 20\% = 68529,6$

Total arredondado: 68.500



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 10: DESVENLAFAXINA (CONTROLADO) CATMATBR 0405898 Cloridrato de Desvenlafaxina 50mg

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO		
14090 - SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA 50MG					50MG	CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	0	0,0000	0,00 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %
	Fevereiro.:	0	0,0000	0,00 %	Agosto.:	7.950	4.975,9050	16,45 %
	Março.:	0	0,0000	0,00 %	Setembro.:	6.570	4.112,1630	13,59 %
	Abril.:	3.330	2.084,2470	6,89 %	Outubro.:	7.140	4.468,9260	14,77 %
	Maió.:	5.100	3.192,0900	10,55 %	Novembro.:	7.320	4.581,5880	15,15 %
	Junho.:	5.670	3.548,8530	11,73 %	Dezembro.:	5.250	3.285,9750	10,86 %
Quantidade Total:		48.330	Valor Total:	30.249,7470	Período:	12 meses	Consumo Médio:	4.028

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 6041 unidades ao mês.

 $6041 \times 12 \text{ meses} + \text{estoque de segurança de } 20\% = 86990,4$ **Total arredondado: 85.000**

ITEM 11: DULOXETINA (CONTROLADO) CATMAT BR0302442 DULOXETINA 30 MG - CONTROLE ESPECIAL

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO		
9870 - DULOXETINA 30 MG					30 MG	CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	0	0,0000	0,00 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %
	Fevereiro.:	0	0,0000	0,00 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %
	Março.:	0	0,0000	0,00 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Abril.:	6.540	6.033,4879	34,88 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %
	Maió.:	5.790	5.341,5741	30,88 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Junho.:	6.420	5.922,7817	34,24 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %
Quantidade Total:		18.750	Valor Total:	17.297,8436	Período:	6 meses	Consumo Médio:	3.125

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 6250 unidades ao mês.

 $6250 \times 12 \text{ meses} + \text{estoque de segurança de } 20\% = 90000$ **Total arredondado: 90.000**

**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 12: ESCITALOPRAM (CONTROLADO) CATMAT BR0291770 ESCITALOPRAM 10 MG**CONSUMO ANUAL**

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
6333 - ESCITALOPRAM 10 MG CPR					10MG	CPR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2024	Janeiro.:	4.830	660,3782	12,16 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %	
	Feveiro.:	1.680	229,7170	4,23 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %	
	Março.:	0	0,0000	0,00 %	Setembro.:	5.100	554,0802	12,84 %	
	Abril.:	0	0,0000	0,00 %	Outubro.:	5.550	608,9864	13,97 %	
	Maio.:	6.000	742,5467	15,11 %	Novembro.:	5.640	615,6370	14,20 %	
	Junho.:	3.990	495,6626	10,05 %	Dezembro.:	6.930	756,4476	17,45 %	
Quantidade Total:		39.720	Valor Total:	4.663,4557	Período:	12 meses	Consumo Médio:	3.310	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 4965 unidades ao mês.

6250 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 71496

Total arredondado: 71.500**ITEM 13: ESCITALOPRAM (CONTROLADO) CATMAT BR0291771 ESCITALOPRAM 20 MG****CONSUMO ANUAL**

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
8534 - ESCITALOPRAM 20 MG CPR					20 MG	CPR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2024	Janeiro.:	6.150	2.043,2399	12,73 %	Julho.:	5.520	946,8555	11,42 %	
	Feveiro.:	3.150	1.054,3560	6,52 %	Agosto.:	6.900	1.190,6868	14,28 %	
	Março.:	0	0,0000	0,00 %	Setembro.:	5.460	858,3854	11,30 %	
	Abril.:	0	0,0000	0,00 %	Outubro.:	6.720	1.054,1529	13,90 %	
	Maio.:	0	0,0000	0,00 %	Novembro.:	6.030	945,9140	12,48 %	
	Junho.:	3.300	566,0549	6,83 %	Dezembro.:	5.100	1.203,6092	10,55 %	
Quantidade Total:		48.330	Valor Total:	9.863,2546	Período:	12 meses	Consumo Médio:	4.028	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 5370 unidades ao mês.

5370 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 77328

Total arredondado: 77.000**ITEM 14: FLUNITRAZEPAM, CONCENTRAÇÃO:1 MG, (CONTROLADO) CATMAT BR 272931 –****CONSUMO ANUAL****Total arredondado: 1.200**

**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 15: IMIPRAMINA (CONTROLADO) CATMAT BR0267292 IMIPRAMINA 25MG - CONTROLE ESPECIAL CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO		
1636 - IMIPRAMINA 25MG CP					25MG	CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	2.430	1.058,1431	24,82 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %
	Feveiro.:	1.200	522,7517	12,26 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %
	Março.:	850	370,6532	8,68 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Abril.:	2.070	892,2251	21,14 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %
	Maió.:	1.890	824,2463	19,31 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Junho.:	1.350	590,4006	13,79 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %
Quantidade Total:		9.790	Valor Total:	4.258,4200	Período:	6 meses	Consumo Médio:	1.632

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 1632 unidades ao mês.

1632 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 23500,8

Total arredondado: 23.500**ITEM 16: LEVOMEPRIMAZINA DOSAGEM:40 MG/ML (4%), APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 20ML (CONTROLADO), CATMAT BR 268130 CONSUMO ANUAL**

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO		
768 - LEVOMEPRIMAZINA 40MG/ML GOTAS					4%	FRS		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	21	233,9311	8,33 %	Julho.:	17	207,9896	6,75 %
	Feveiro.:	17	197,6575	6,75 %	Agosto.:	24	292,4935	9,52 %
	Março.:	18	218,0728	7,14 %	Setembro.:	31	377,8041	12,30 %
	Abril.:	13	158,4023	5,16 %	Outubro.:	33	454,0340	13,10 %
	Maió.:	12	146,7700	4,76 %	Novembro.:	28	372,8648	11,11 %
	Junho.:	22	270,0910	8,73 %	Dezembro.:	16	206,8366	6,35 %
Quantidade Total:		252	Valor Total:	3.136,9473	Período:	12 meses	Consumo Médio:	21

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 21 unidades ao mês.

21 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 302,4

Total arredondado: 300



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 17: LEVOMEPRIMAZINA 100 MG, COMPRIMIDO. (CONTROLADO) CATMAT BR 268129

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO		APRESENTAÇÃO	
8 - LEVOMEPRIMAZINA 100 MG CPR					100MG		CPR	
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	830	522,0197	11,43 %	Julho.:	570	358,1950	7,85 %
	Fevereiro.:	630	396,2318	8,68 %	Agosto.:	790	489,7661	10,88 %
	Março.:	360	226,4182	4,96 %	Setembro.:	400	259,2154	5,51 %
	Abril.:	840	528,3091	11,57 %	Outubro.:	630	408,2643	8,68 %
	Maio.:	970	610,0712	13,36 %	Novembro.:	640	402,1861	8,82 %
	Junho.:	240	150,9454	3,31 %	Dezembro.:	360	226,2297	4,96 %
Quantidade Total:		7.260	Valor Total:	4.577,8518	Período:	12 meses	Consumo Médio:	605
PRODUTO					CONCENTRAÇÃO		APRESENTAÇÃO	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 605 unidades ao mês.

605 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 8712

Total arredondado: 8.700

ITEM 18: LEVOMEPRIMAZINA (CONTROLADO) CATMAT BR0268128 LEVOMEPRIMAZINA 25 MG

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO		
1641 - LEVOMEPRIMAZINA 25 MG CPR					25MG	CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	240	108,3968	12,12 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %
	Feveiro.:	240	108,3968	12,12 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %
	Março.:	390	181,3513	19,70 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Abril.:	240	120,7610	12,12 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %
	Maio.:	480	254,8318	24,24 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Junho.:	390	207,0509	19,70 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %
Quantidade Total:		1.980	Valor Total:	980,7886	Período:	6 meses	Consumo Médio:	330

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 330 unidades ao mês.

330 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 4752

Total arredondado: 5.000



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 18: METILFENIDATO (CONTROLADO) CATMAT BR0272320 METILFENIDATO 10 MG - COMPRIMIDO CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO		APRESENTAÇÃO		
7453 - METILFENIDATO 10 MG CPR					10MG		CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	1.920	1.785,6000	4,50 %	Julho.:	6.390	2.235,8610	14,98 %	
	Feveiro.:	3.000	2.790,0000	7,03 %	Agosto.:	5.940	2.078,4060	13,92 %	
	Março.:	2.820	2.622,6000	6,61 %	Setembro.:	5.280	1.847,4720	12,38 %	
	Abril.:	3.840	2.394,7961	9,00 %	Outubro.:	4.830	1.690,0170	11,32 %	
	Maio.:	5.820	3.526,4648	13,64 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Junho.:	2.820	1.316,9861	6,61 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %	

Impresso em: Quinta-feira 18 de Dezembro de 2025 02:46 PM por: NICOLAS COLOMBARI THOMAZIN

Página 10 de 16



MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Relatório de Estoque

Movimentação de estoque - Consumo Médio Mensal

Filtros: Data Inicial: 01/01/2025 Data Final: 31/12/2025

Origem: FARMACIA BASICA MUNICIPAL - FARMACIA, CAF - PSICOTROPICO - FARMACIA

Apenas Saídas da Farmácia

Mostrar Produtos: Somente Medic. Controlados

PRODUTO				CONCENTRAÇÃO		APRESENTAÇÃO		
7453 - METILFENIDATO 10 MG CPR				10MG		CPR		
Quantidade Total:		42.660	Valor Total:	22.288,2030	Período:	12 meses	Consumo Médio:	3.555

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 4266 unidades ao mês.

$4266 \times 12 \text{ meses} + \text{estoque de segurança de } 20\% = 61430,4$

Total arredondado: 61.500

ITEM 20: MIRTAPAZINA (CONTROLADO) CATMAT BR0294536 MIRTAPAZINA 30MG

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO		APRESENTAÇÃO		
8137 - MIRTAPAZINA 30MG CPR					30MG		CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	1.530	883,7280	27,42 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %	
	Feveiro.:	0	0,0000	0,00 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %	
	Março.:	0	0,0000	0,00 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Abril.:	1.500	865,2000	26,88 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Maio.:	930	536,4240	16,67 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Junho.:	1.620	934,4160	29,03 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %	
Quantidade Total:		5.580	Valor Total:	3.219,7680	Período:	6 meses	Consumo Médio:	930	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 1395 unidades ao mês.

$1395 \times 12 \text{ meses} + \text{estoque de segurança de } 20\% = 20088$

Total arredondado: 20.000



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 21: MORFINA (CONTROLADO) CATMATBR0271391-SULFATODEMORFINA 30 MG.

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
6244 - MORFINA 30MG CPR					30MG	CPR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	150	227,5320	25,00 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %	
	Feveiro.:	0	0,0000	0,00 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %	
	Março.:	250	380,5418	41,67 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Abril.:	0	0,0000	0,00 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Maio.:	0	0,0000	0,00 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Junho.:	200	308,6631	33,33 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %	
Quantidade Total:		600	Valor Total:	916,7369	Período:	6 meses	Consumo Médio:	100	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 200 unidades ao mês.

200 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 2880

Total arredondado: 3.000

ITEM 22: OXCARBAMAZEPINA (CONTROLADO) CATMAT BR0273255 OXCARBAMAZEPINA SUSP 60mg/ml

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
943-7 - OXCARBAMAZEPINA SUSP 60mg/ml					6%	FRS			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	11	451,0120	23,40 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %	
	Feveiro.:	3	123,0033	6,38 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %	
	Março.:	11	451,0120	23,40 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Abril.:	8	319,1803	17,02 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Maio.:	11	438,8730	23,40 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Junho.:	3	119,6926	6,38 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %	
Quantidade Total:		47	Valor Total:	1.902,7731	Período:	6 meses	Consumo Médio:	8	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 8 unidades ao mês.

8 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 115

Total arredondado: 115

**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 23: OXCARBAZEPINA 300MG (CONTROLADO) CATMAT BR 273257.**CONSUMO ANUAL**

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
2398 - OXCARBAZEPINA 300 MG					300 MG	CPR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	540	480,9111	20,45 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %	
	Feveiro.:	120	114,4147	4,55 %	Agosto.:	600	661,8836	22,73 %	
	Março.:	60	57,2073	2,27 %	Setembro.:	120	129,9859	4,55 %	
	Abril.:	60	99,4803	2,27 %	Outubro.:	540	568,6349	20,45 %	
	Maio.:	0	0,0000	0,00 %	Novembro.:	300	304,5877	11,36 %	
	Junho.:	0	0,0000	0,00 %	Dezembro.:	300	304,5877	11,36 %	
Quantidade Total:		2.640	Valor Total:	2.721,6932	Período:	12 meses	Consumo Médio:	220	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 330 unidades ao mês.

330 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 4752

Total arredondado: 4.500**ITEM 24: PAROXETINA 20 MG, COMPRIMIDO. (CONTROLADO) CATMAT BR 273940.****CONSUMO ANUAL**

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
1684 - PAROXETINA 20 MG CPR					20MG/CPR	CPR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	2.280	451,3171	8,22 %	Julho.:	2.970	549,6742	10,70 %	
	Feveiro.:	3.210	631,1891	11,57 %	Agosto.:	3.270	604,9487	11,78 %	
	Março.:	2.040	399,4931	7,35 %	Setembro.:	3.210	595,2174	11,57 %	
	Abril.:	0	0,0000	0,00 %	Outubro.:	3.990	742,4690	14,38 %	
	Maio.:	0	0,0000	0,00 %	Novembro.:	3.780	704,0778	13,62 %	
	Junho.:	0	0,0000	0,00 %	Dezembro.:	3.000	558,7248	10,81 %	
Quantidade Total:		27.750	Valor Total:	5.237,1111	Período:	12 meses	Consumo Médio:	2.313	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 3083 unidades ao mês.

3083 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 44395,2

Total arredondado: 45.000

**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 25: PERICIAZINA (CONTROLADO) CATMAT BR0300988 PERICIAZINA PEDIATRICO 1% GTS FRASCO COM 20ML- CONTROLE ESPECIAL

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
5200 - PERICIAZINA PEDIATRICO 1% GTS					10MG/ML	FR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	5	40,1500	10,42 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %	
	Feveiro.:	5	40,1500	10,42 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %	
	Março.:	10	80,3000	20,83 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Abril.:	7	56,2100	14,58 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Maio.:	13	104,3900	27,08 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Junho.:	8	64,2400	16,67 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %	
Quantidade Total:		48	Valor Total:	385,4400	Período:	6 meses	Consumo Médio:	8	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 8 unidades ao mês.

8 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 115

Total arredondado: 100**ITEM 26: PERICIAZINA (CONTROLADO) CATMAT BR0300989 PERICIAZINA SOL ORAL 4% GOTAS FRASCO COM 20ML**

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
1651 - PERICIAZINA SOL ORAL 4% GOTAS					4	FRS			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	25	485,4077	22,12 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %	
	Feveiro.:	4	78,1791	3,54 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %	
	Março.:	28	558,0443	24,78 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Abril.:	19	378,6729	16,81 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Maio.:	14	279,0222	12,39 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Junho.:	23	458,3936	20,35 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %	
Quantidade Total:		113	Valor Total:	2.237,7199	Período:	6 meses	Consumo Médio:	19	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 19 unidades ao mês.

19 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 228

Total arredondado: 230



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 27: PREGABALINA (CONTROLADO) CATMAT BR0388712 PREGABALINA 75MG

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO		
1652 - PREGABALINA 75MG CPR					75MG	CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	2.884	823,5498	2,98 %	Julho.:	14.820	3.157,2821	15,33 %
	Feveiro.:	0	0,0000	0,00 %	Agosto.:	9.660	2.199,3683	9,99 %
	Março.:	9.960	2.370,4359	10,30 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Abril.:	11.820	2.744,6097	12,22 %	Outubro.:	10.290	1.991,1851	10,64 %
	Maio.:	6.390	1.481,2974	6,61 %	Novembro.:	13.350	2.581,2679	13,81 %
	Junho.:	5.340	1.153,5061	5,52 %	Dezembro.:	12.180	2.320,8158	12,60 %
Quantidade Total:		96.694	Valor Total:	20.823,3183	Período:	12 meses	Consumo Médio:	8.058

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 9669 unidades ao mês.

 $9669 \times 12 \text{ meses} + \text{estoque de segurança de } 20\% = 139233,6$ **Total arredondado: 140.000**

ITEM 28: QUETIAPINA 25 MG, COMPRIMIDO. (CONTROLADO) CATMAT BR 272831

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO		
8007 - QUETIAPINA 25 MG COMP					25 MG	CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	7.975	963,6687	11,37 %	Julho.:	7.440	1.182,1975	10,61 %
	Feveiro.:	6.680	856,5203	9,53 %	Agosto.:	8.280	1.315,6715	11,81 %
	Março.:	5.525	727,4605	7,88 %	Setembro.:	9.000	1.417,5172	12,83 %
	Abril.:	0	0,0000	0,00 %	Outubro.:	8.880	1.225,1153	12,66 %
	Maio.:	0	0,0000	0,00 %	Novembro.:	8.460	1.167,1706	12,06 %
	Junho.:	0	0,0000	0,00 %	Dezembro.:	7.890	1.088,5315	11,25 %
Quantidade Total:		70.130	Valor Total:	9.943,8531	Período:	12 meses	Consumo Médio:	5.844

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 7013 unidades ao mês.

 $7013 \times 12 \text{ meses} + \text{estoque de segurança de } 20\% = 100987,2$ **Total arredondado: 100.000**



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 29: QUETIAPINA 100 MG, COMPRIMIDO. (CONTROLADO) CATMAT BR 272832

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
2085 - QUETIAPINA 100 MG COMP					100MG	CPR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	1.170	448,8623	6,16 %	Julho.:	1.320	252,1048	6,95 %	
	Feveiro.:	2.070	783,1560	10,89 %	Agosto.:	1.950	372,4276	10,26 %	
	Março.:	1.240	464,9080	6,53 %	Setembro.:	2.610	548,4680	13,74 %	
	Abril.:	2.160	809,8398	11,37 %	Outubro.:	2.940	869,9798	15,47 %	
	Maió.:	0	0,0000	0,00 %	Novembro.:	2.730	807,8383	14,37 %	
	Junho.:	0	0,0000	0,00 %	Dezembro.:	810	231,1982	4,26 %	
Quantidade Total:		19.000	Valor Total:	5.588,7829	Período:	12 meses	Consumo Médio:	1.583	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 1900 unidades ao mês.

1900 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 27360

Total arredondado: 27.000

ITEM 30: RISPERIDONA (CONTROLADO) CATMAT BR0272839 RISPERIDONA 1MG

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
7162 - RISPERIDONA 1MG CPR					1MG	CPR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	2.730	244,2548	7,53 %	Julho.:	3.930	385,1793	10,84 %	
	Feveiro.:	2.640	236,2025	7,28 %	Agosto.:	3.930	385,1793	10,84 %	
	Março.:	1.830	163,7313	5,05 %	Setembro.:	3.000	294,0300	8,27 %	
	Abril.:	1.800	176,4180	4,96 %	Outubro.:	4.350	426,3435	11,99 %	
	Maió.:	3.120	305,7912	8,60 %	Novembro.:	3.450	338,1345	9,51 %	
	Junho.:	2.640	258,7464	7,28 %	Dezembro.:	2.850	279,3285	7,86 %	

Impresso em: Quinta-feira 18 de Dezembro de 2025 02:46 PM por: NICOLAS COLOMBARI THOMAZIN

Página 13 de 16



MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Relatório de Estoque

Movimentação de estoque - Consumo Médio Mensal

Filtros: Data Inicial: 01/01/2025 Data Final: 31/12/2025

Origem: FARMACIA BASICA MUNICIPAL - FARMACIA, CAF - PSICOTROPICO - FARMACIA

Apenas Saídas da Farmácia

Mostrar Produtos: Somente Medic. Controlados

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
7162 - RISPERIDONA 1MG CPR					1MG	CPR			
Quantidade Total:		36.270	Valor Total:	3.493,3391	Período:	12 meses	Consumo Médio:	3.023	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 3023 unidades ao mês.

3023 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 43531,2

Total arredondado: 45.000



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 31: RISPERIDONA (CONTROLADO) CATMAT BR0284106 RISPERIDONA 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL- FRASCO 30 ML

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
1656 - RISPERIDONA 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL					1MG	FRS			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	63	907,2410	22,34 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %	
	Feveiro.:	0	0,0000	0,00 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %	
	Março.:	0	0,0000	0,00 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Abril.:	93	611,8991	32,98 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Maio.:	74	486,8874	26,24 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %	
	Junho.:	52	342,1371	18,44 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %	
Quantidade Total:		282	Valor Total:	2.348,1647	Período:	6 meses	Consumo Médio:	47	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 70 unidades ao mês.

70 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 1008

Total arredondado: 1.000

ITEM 32: RISPERIDONA 2MG (CONTROLADO) CATMAT BR 268149

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
9381 - RISPERIDONA 2 MG COMP					2MG	CPR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	4.180	512,2932	6,54 %	Julho.:	5.580	616,0864	8,72 %	
	Feveiro.:	4.590	540,3125	7,18 %	Agosto.:	5.970	630,5441	9,33 %	
	Março.:	4.920	568,7872	7,69 %	Setembro.:	5.810	613,6451	9,08 %	
	Abril.:	5.190	587,9386	8,11 %	Outubro.:	8.340	879,2459	13,04 %	
	Maio.:	5.820	659,3068	9,10 %	Novembro.:	5.130	540,3843	8,02 %	
	Junho.:	4.470	505,7075	6,99 %	Dezembro.:	3.960	436,4677	6,19 %	
Quantidade Total:		63.960	Valor Total:	7.090,7194	Período:	12 meses	Consumo Médio:	5.330	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 5330 unidades ao mês.

5330 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 76752

Total arredondado: 75.000



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 33: ROPIVACAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM:1%, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL. FRASCO AMPOLA 20 ML EMBALAGEM ESTÉRIL

SEM RELATORIO DE CONSUMO DISPONIVEL

ITEM 34: SERTRALINA 50 MG, COMPRIMIDO. (CONTROLADO) CATMAT BR 272365

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO		
1789 - SERTRALINA 50 MG COMPRIMIDO					50MG	CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	27.960	2.617,0658	11,15 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %
	Fevereiro.:	24.270	2.271,6805	9,68 %	Agosto.:	19.290	1.832,5500	7,69 %
	Março.:	28.275	2.646,5499	11,27 %	Setembro.:	29.565	2.808,6750	11,79 %
	Abril.:	29.295	2.742,0223	11,68 %	Outubro.:	30.180	2.867,1000	12,03 %
	Maió.:	14.880	1.392,7732	5,93 %	Novembro.:	26.370	2.505,1500	10,51 %
	Junho.:	0	0,0000	0,00 %	Dezembro.:	20.730	1.969,3500	8,27 %
Quantidade Total:		250.815	Valor Total:	23.652,9166	Período:	12 meses	Consumo Médio:	20.901

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 25081 unidades ao mês.

25081 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 361166,4

Total arredondado: 360.000

ITEM 35: TIORIDAZINA (CONTROLADO) CATMAT BR0272367 TIORIDAZINA 100 MG

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO		
5058 - TIORIDAZINA 100 MG CPR					100 MG	CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	180	288,0000	56,25 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %
	Fevereiro.:	80	128,0000	25,00 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %
	Março.:	60	96,0000	18,75 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Abril.:	0	0,0000	0,00 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %
	Maió.:	0	0,0000	0,00 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Junho.:	0	0,0000	0,00 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %
Quantidade Total:		320	Valor Total:	512,0000	Período:	6 meses	Consumo Médio:	53

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 107 unidades ao mês.

107 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 1540,8

Total arredondado: 1.500



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 36: TIORIDAZINA (CONTROLADO) CATMAT BR0273597-Tioridazina 25mg.

Memorial de cálculo:

Sem relatório de consumo. Solicitado a mesma quantidade presente no PCA.

ITEM 37: TOPIRAMATO (CONTROLADO) CATMAT BR0272850 TOPIRAMATO 50MG

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
1663 - TOPIRAMATO 50 MG COMP					50MG/CPR	CPR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	1.020	202,6198	8,42 %	Julho.:	1.140	189,7460	9,41 %	
	Fevereiro.:	0	0,0000	0,00 %	Agosto.:	1.980	329,5589	16,34 %	
	Março.:	0	0,0000	0,00 %	Setembro.:	2.460	409,4520	20,30 %	
	Abril.:	0	0,0000	0,00 %	Outubro.:	2.400	399,4654	19,80 %	
	Maio.:	0	0,0000	0,00 %	Novembro.:	600	99,6017	4,95 %	
	Junho.:	0	0,0000	0,00 %	Dezembro.:	2.520	418,3270	20,79 %	
Quantidade Total:		12.120	Valor Total:	2.048,7707	Período:	12 meses	Consumo Médio:	1.010	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 1731 unidades ao mês.

1731 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 24926,4

Total arredondado: 25.000

ITEM 38: TRAMADOL 50 MG, CÁPSULA. (CONTROLADO) CATMAT BR 268534

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO			
44 - TRAMADOL 50 MG CPR					50MG	CPR			
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%	
2025	Janeiro.:	3.540	499,8480	11,11 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %	
	Fevereiro.:	4.000	564,8000	12,55 %	Agosto.:	4.990	617,2630	15,66 %	
	Março.:	0	0,0000	0,00 %	Setembro.:	5.020	620,9740	15,75 %	
	Abril.:	0	0,0000	0,00 %	Outubro.:	5.180	640,7660	16,25 %	
	Maio.:	0	0,0000	0,00 %	Novembro.:	4.910	607,3670	15,41 %	
	Junho.:	0	0,0000	0,00 %	Dezembro.:	4.230	523,2510	13,27 %	
Quantidade Total:		31.870	Valor Total:	4.074,2690	Período:	12 meses	Consumo Médio:	2.656	

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 4552 unidades ao mês.

4552 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 65548,8

Total arredondado: 65.000

**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

ITEM 39: VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:75 MG COMPRIMIDO. (CONTROLADO) CATMAT BR 272382

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO		
1665 - VENLAFAXINA 75 MG CPR					75 MG	CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	6.216	2.766,4294	21,00 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %
	Feveiro.:	5.516	2.465,6361	18,64 %	Agosto.:	1.456	595,8579	4,92 %
	Março.:	532	237,1397	1,80 %	Setembro.:	4.424	1.808,3063	14,95 %
	Abril.:	0	0,0000	0,00 %	Outubro.:	4.088	1.639,2529	13,81 %
	Maio.:	0	0,0000	0,00 %	Novembro.:	4.144	1.661,3437	14,00 %
	Junho.:	0	0,0000	0,00 %	Dezembro.:	3.220	1.290,8971	10,88 %
Quantidade Total:		29.596	Valor Total:	12.464,8631	Período:	12 meses	Consumo Médio:	2.466

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 3699 unidades ao mês.

3699 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 53265,6

Total arredondado: 53.000**ITEM 40: ZOLPIDEM (CONTROLADO) CATMAT BR0278316 ZOLPIDEM 10 MG**

CONSUMO ANUAL

PRODUTO					CONCENTRAÇÃO	APRESENTAÇÃO		
12361 - ZOLPIDEM 10 MG					10 MG	CPR		
Ano	Mês	Qtde	Total	%	Mês	Qtde	Total	%
2025	Janeiro.:	3.740	382,2280	20,30 %	Julho.:	0	0,0000	0,00 %
	Feveiro.:	3.420	349,5240	18,57 %	Agosto.:	0	0,0000	0,00 %
	Março.:	2.010	205,4220	10,91 %	Setembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Abril.:	3.350	284,8459	18,19 %	Outubro.:	0	0,0000	0,00 %
	Maio.:	2.860	243,1819	15,53 %	Novembro.:	0	0,0000	0,00 %
	Junho.:	3.040	258,4648	16,50 %	Dezembro.:	0	0,0000	0,00 %
Quantidade Total:		18.420	Valor Total:	1.723,6666	Período:	6 meses	Consumo Médio:	3.070

Memorial de cálculo:

Considerando o consumo médio da secretaria, resulta na média de 3070 unidades ao mês.

3070 X 12 meses + estoque de segurança de 20% = 44208

Total arredondado: 45.000